

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Classes e conflito distributivo: as agitações trabalhistas na
China desde os anos 1990**

HUGO DAHLIN FERREIRA DOS SANTOS

Matrícula nº: 112041932

ORIENTADORA: Prof. Dra. Isabela Nogueira de Moraes

COORIENTADOR: Prof. Dr. Alexis Nicolas Saludjian

Outubro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Classes e conflito distributivo: as agitações trabalhistas na
China desde os anos 1990**

HUGO DAHLIN FERREIRA DOS SANTOS

Matrícula nº: 112041932

ORIENTADORA: Prof. Dra. Isabela Nogueira de Moraes

COORIENTADOR: Prof. Dr. Alexis Nicolas Saludjian

Outubro de 2019

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

*Dedico este trabalho à Maria, minha avó, por
todo amor e dedicação.*

Agradecimentos

Ao longo da minha graduação encontrei alegrias e tristezas. Passei por percalços, de ordem pessoal e acadêmica, mas também pude aproveitar de momentos maravilhosos de aprendizado, de amizade e de superação de barreiras. Essa caminhada, porém, não foi feita sozinho, pois obtive ajuda de tantas pessoas especiais. Por isso, deixo aqui meus agradecimentos a cada uma delas, não nominalmente, mas sabendo que se encontram em meus pensamentos.

Aos amigos, tanto os que carrego comigo há mais tempo, quanto os que fiz em decorrência da graduação. Foram vocês que me ouviram e aliviaram em momentos de tristeza e riram e aproveitaram os momentos de alegria dessa caminhada.

À minha família, pelo entendimento desde o início quando optei por me mudar para distante. As palavras de carinho e instrução foram o que me mantiveram de pé durante todo esse período.

Aos corpos docente e administrativo do Instituto de Economia da UFRJ, que possibilitaram meu crescimento intelectual e profissional. Levarei para a vida os ensinamentos de excelentes profissionais.

Aos meus orientadores, Alexis e Isabela, pela dedicação, apoio e entendimento em cada fase da escrita deste trabalho. As conversas, as indicações de leitura e o apoio constante marcaram estes últimos anos e não possuo meios de agradecê-los. Obrigado pela construção da minha evolução acadêmica e pessoal.

Finalmente, ao povo brasileiro que, por meio de seu incansável trabalho, financiou minha permanência nesta universidade pública.

*“A história de todas as sociedades até hoje
existentes é a história de luta de classes”
(Karl Marx)*

Resumo

Esta monografia se insere no campo do desenvolvimento socioeconômico com foco nas relações do conflito distributivo. Para tanto, utiliza da análise dos movimentos, comportamentos e tendências das manifestações dos trabalhadores chineses contra a perda de direitos ou esforço para conquistá-los, almejando contribuir com o debate das relações trabalhistas no mundo atual. Assim, buscou-se, inicialmente, fazer uma revisão de literatura do tema e, em seguida, uma análise crítica dos dados obtidos em fontes extraoficiais, pretendendo dar ao leitor informações que, pouco a pouco, possam desmistificar as especificidades das agitações no país. Conclui-se que as agitações trabalhistas chinesas são produtos da própria forma de acumulação que o país tomou e que poderiam ser previstas antes mesmo de acontecerem de fato, uma vez que havia, continuamente, avanço do capital no conflito distributivo.

Palavras-chave: China; agitações trabalhistas; greve; conflito distributivo.

Lista de figuras, gráficos e tabelas

Figura 1 – Mapa administrativo da China	9
Gráfico 1.1 - Ciclo de vida do produto têxtil e ondas de agitação operária	14
Gráfico 1.2 – Ciclo de vida do produto automotivo e ondas de agitação operária	14
Gráfico 1.3 – Agitação trabalhista no mundo, por setor (1870-1996)	15
Gráfico 1.4 – Distribuição geográfica de menções a manifestações de trabalhadores na indústria automobilística (1930-1996)	16
Gráfico 2.1 – Urbanização e hukou.....	36
Gráfico 3.1 – Agitações trabalhistas (2003-2012)	50
Gráfico 3.2 – Agitações por setor (2003-2012)	51
Gráfico 3.3 – Distribuição geográfica dos conflitos (2003-2012)	52
Gráfico 3.4 – Agitações trabalhistas (2011-2018)	57
Gráfico 3.5 – Participação do tipo de agitação (%) (2011-2017)	59
Gráfico 3.6 – Evolução das agitações por tipo (2011-2017)	59
Gráfico 3.7 – Distribuição geográfica dos conflitos (2011-2017)	61
Gráfico 3.8 – Agitações por setor (%) (2011-2017)	64
Gráfico 3.9 – Percentual das agitações por propriedade empresarial (2011-2017)	65
Tabela 1.1 – Participação no produto interno por região em períodos selecionados	19
Tabela 1.2 – Tabela 1.2 - Percentual do PIB chinês produzido por região selecionada	20
Tabela 1.3 – Pensões em atraso (1996-2000)	22
Tabela 1.4 – Percentual do PIB chinês produzido pela província de Guangdong	25
Tabela 1.5 – Percentual da produção industrial por propriedade (1993-2003)	26
Tabela 1.6 – Disputas judiciais trabalhistas	28
Tabela 1.7 – Disputas judiciais na cidade de Shenzhen (1986-1999)	30
Tabela 2.1 – Investimento em ativos fixos por tipo de propriedade	40
Tabela 3.1 – Agitações trabalhistas em períodos selecionados	48
Tabela 3.2 – Quantidade percentual de agitações por faixa de participação (2003-2012)	50
Tabela 3.3 – Quantidade absoluta de agitações por faixa de participação (2003-2012)	51
Tabela 3.4 – Quantidade percentual de agitações por faixa de participação (2011-2017)	63

Lista de siglas:

ACFTU – All-China Federation of Trade Unions

CLB – China Labor Bulletin

CSY – China's Statistic Yearbook

LAT – Lei de Administração da terra

NBS – National Bureau of Statistics of China

PCCh – Partido Comunista Chinês

SOEs – State's Owned Enterprises

TVEs – Township and Village Enterprises

ZEE – Zona Econômica Especial

Figura 1 - Mapa administrativo da China¹



¹ Thoughtco.com. (2019). Disponível em: [https://www.thoughtco.com/thmb/iwkAEP_bsS8RwfW9kYYQdkff9c8=/768x0/filters:no_upscale\(\):max_bytes\(150000\):strip_icc\(\)/GettyImages-464826484-388ff3ede7174474a3262114db3eb088.jpg](https://www.thoughtco.com/thmb/iwkAEP_bsS8RwfW9kYYQdkff9c8=/768x0/filters:no_upscale():max_bytes(150000):strip_icc()/GettyImages-464826484-388ff3ede7174474a3262114db3eb088.jpg) [Acesso em 01 de setembro de 2019].

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A DINÂMICA DOS CONFLITOS TRABALHISTAS	12
I.1: Forças do trabalho.....	12
I.2 – A luta de classes na China: especificidades e características das agitações trabalhistas.	17
I.2.1– O cinturão da ferrugem: o pacto social socialista desfeito.....	18
I.2.2 – O cinturão do sol: um novo trabalhismo chinês.....	24
Conclusões parciais	32
CAPÍTULO II – OS PRECEDENTES: CHINA EM TRANSFORMAÇÃO	33
II.1 – Urbanização chinesa: migração e controle	33
II.2 – As privatizações e a liberalização das relações trabalhistas	37
II.3 – A questão da terra	41
Conclusões parciais	44
CAPÍTULO III – AGITAÇÕES TRABALHISTAS EM NÚMEROS	45
III.1 – A sindicalização e as ações coletivas na China	45
III.2 – As agitações trabalhistas nos anos 1990.....	47
III.3 – As agitações trabalhistas nos anos 2000.....	49
III.4 – As agitações trabalhistas nos anos 2010.....	55
Conclusões parciais	65
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a China tem experimentado mudanças radicais, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, e isso tem se refletido na vida laboral dos seus cidadãos. A mudança no padrão de acumulação chinês, a sua posição nas cadeias globais de valor e sua inserção no contexto político internacional – de um país fechado e periférico para uma grande potência capaz de ditar rumos na política mundial, antagonizando os Estados Unidos da América –, são fatores essenciais para entender a forma como se dá a organização social do país. Contudo, este trabalho tem por objetivo focar sua análise no comportamento dos trabalhadores nesse sistema de tantas contradições no qual eles se inserem como parte mais fraca. Desse modo, pretende-se esmiuçar eventos no âmbito da luta de classes, dando ao leitor subsídios para entender a sociedade e a economia chinesa a partir de um aspecto muito pouco conhecido: as agitações trabalhistas.

Desta maneira, pretende-se fazer um escrutínio dos dados obtidos das agitações trabalhistas a partir da década de 1990, com o objetivo de analisar a trajetória e fazer a correlação com os eventos econômicos e políticos, bem como tentar achar tendências. Escolheu-se a década de 1990 como marco inicial para a pesquisa devido à onda de transformações que o país passou nesse período, marcadamente, as privatizações e a maior abertura ao capital estrangeiro.

Antes, porém, no primeiro capítulo, será necessário entender o panorama das agitações mundiais e fazer uma revisão de literatura sobre as tipologias já apresentadas por duas autoras, Silver e Lee, para se ter uma base de conhecimento do *modus operandi* desses movimentos. Já no segundo capítulo, o objetivo será dar subsídios para entender três grandes fatores que na nossa visão colaboraram e continuam colaborando com a emergência de atos de resistência. Por último, o terceiro capítulo é, talvez, a parte mais interessante para os leitores que não estejam familiarizados com a escalada das agitações trabalhistas chinesas. Será neste capítulo que analisaremos dados recolhidos em fontes extraoficiais de forma que as tendências fiquem um pouco mais claras, ao mesmo tempo em que se fará conexões com os dois primeiros capítulos.

CAPÍTULO I – A DINÂMICA DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

A dinâmica capitalista é conflituosa, como a epígrafe desta monografia já revela. Trabalhadores e capitalistas – apesar de se combinarem para a produção, cada qual à sua maneira – estão em lados opostos quando da distribuição do mais-valor produzido. O conflito entre lucro e salário é, necessariamente, intrínseco, e é a partir dessa disputa que a luta de classes se revela. Como Marx e Engels já revelam logo de início em seu Manifesto Comunista, “a sociedade burguesa moderna (...) não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”².

O capitalismo passou por diversas mudanças, muitas delas facilitando e melhorando a vida do proletariado, mas algo que tem se mantido constante – em maior ou menor grau dependendo do momento histórico – são as agitações trabalhistas, seja pela via clássica e mais conhecida, a greve, seja por medidas menos combativas, por exemplo, manifestações e passeatas, reverberando a referência supracitada. Nesse sistema, o governo e as normas legais têm papel preponderante para a negociação entre patrão e empregado, de forma a dissipar as divergências do modo menos hostil possível. Entretanto, o pêndulo dessa mediação sempre está para um dos lados a depender do poder de barganha de cada classe naquele dado momento³.

A China é um país comunista desde a Revolução de 1949 e desenvolveu características bastantes peculiares ao longo dos anos, a ponto de hoje não ser nem considerada mais como uma economia socialista por muitos, senão mais próxima da economia de mercado. Todavia, esse não é o debate proposto aqui, que apenas tangencia as contradições de um sistema político que se reivindica comunista, mas que age de forma a ter um padrão que se assemelha em vários aspectos à acumulação capitalista. O debate, na verdade, está na dinâmica real da vida de cada chinês e nas contradições desse sistema.

Logo, este primeiro capítulo pretende olhar para o conflito distributivo assente nas agitações trabalhistas, inicialmente a partir de um panorama mais geral e depois com as especificidades da China, que é o foco do presente estudo.

I.1: Forças do trabalho

Esta seção se atenta às condições mundiais do movimento trabalhista e busca dar subsídios para entender o que ocorre na China atual a partir do que houve em alguns países de

² MARX E ENGELS (1847[2005], p. 40-51).

³ “O (...) Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” MARX E ENGELS (1847[2005], p. 42).

industrialização mais antiga. Não obstante, toma-se como suposição a repetitividade da dinâmica histórica, ou seja, a dinâmica passada pode ajudar a entender a dinâmica presente e futura dos movimentos trabalhistas chineses. E é nesse aspecto que se deve esperar um ressurgimento dos movimentos trabalhistas, pois, como Silver explicita:

(...) o capitalismo histórico em si como algo caracterizado por uma dinâmica recorrente, incluindo a contínua recriação de contradições e conflitos entre trabalho e capital. Isso indica que previsões sobre o futuro dos movimentos operários devem ser baseados numa comparação entre a dinâmica contemporânea e períodos análogos do passado (...) ⁴

A tese inicial, que orienta e perpassa todo este trabalho, apresentada por Silver no seu livro, diz que “*para onde vai o capital, o conflito vai atrás*”⁵⁶, que é extraída do fato de o capital, num mundo globalizado, ir para onde se entende haver mão de obra barata e disciplinada, mas levando consigo suas contradições. A autora usa como argumentos os dados para a indústria automobilística e têxtil, mostrando empiricamente a locomoção do capital e do conflito, esse último como produto do primeiro⁷.

A internacionalização da produção desempenha papel basilar na ocorrência e disseminação de agitações pelo mundo, já que há uma necessidade de o capitalismo penetrar mercados não só com objetivo de venda, mas com o da produção ao menor custo possível. A precarização das relações laborais, portanto, trazem consigo ondas de indignação e ação por parte dos trabalhadores, seja na Europa ou nos Estados Unidos, seja nos países em desenvolvimento, como a China.

Essa dinâmica de aumento da produção levando a um aumento das agitações é descrita pela autora como um ciclo, demonstrando-o nos gráficos 1.1 e 1.2, respectivamente sobre o ciclo de vida do produto e ondas de agitação operária no setor têxtil e no setor automobilístico. Logo, o que se deduz é que, ao perseguir força de trabalho barata e disciplinada, o capital recria continuamente movimentos operários militantes⁸.

⁴ SILVER, 2005, p. 21

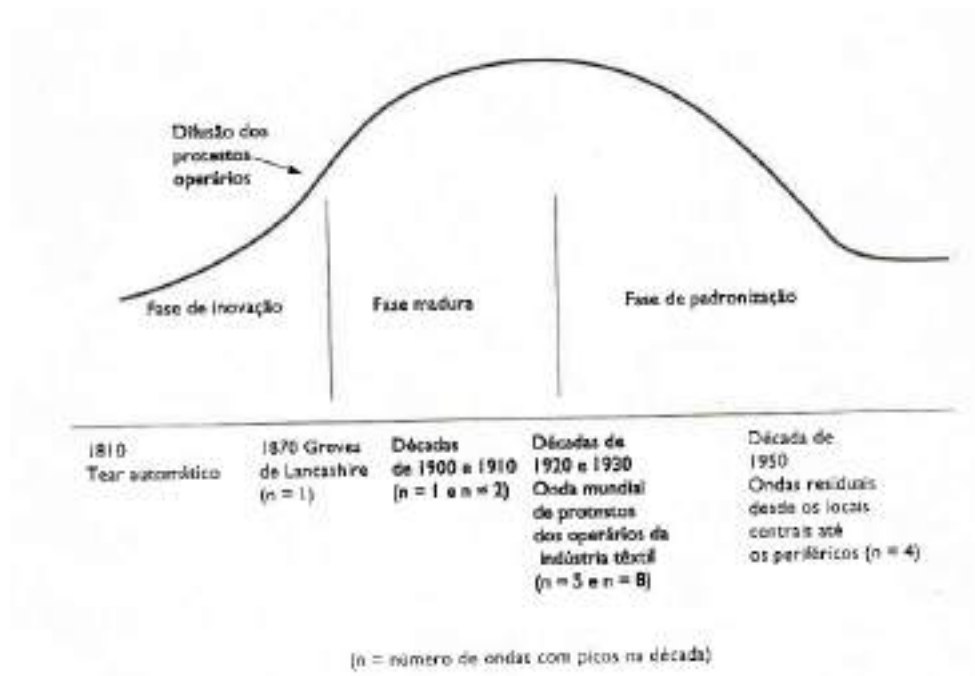
⁵ Ibid., p. 53 e 81

⁶ Silver opta por analisar somente períodos de agitação trabalhista intensos, não analisando todas as ações coletivas ocorridas. Por isso os números que ela mostra em seu livro podem parecer baixos. (Ibid., p. 46)

⁷ A metodologia desenvolvida por Silver é tema de debate e uma análise crítica a sua metodologia pode ser lida em COTTLE, 2019.

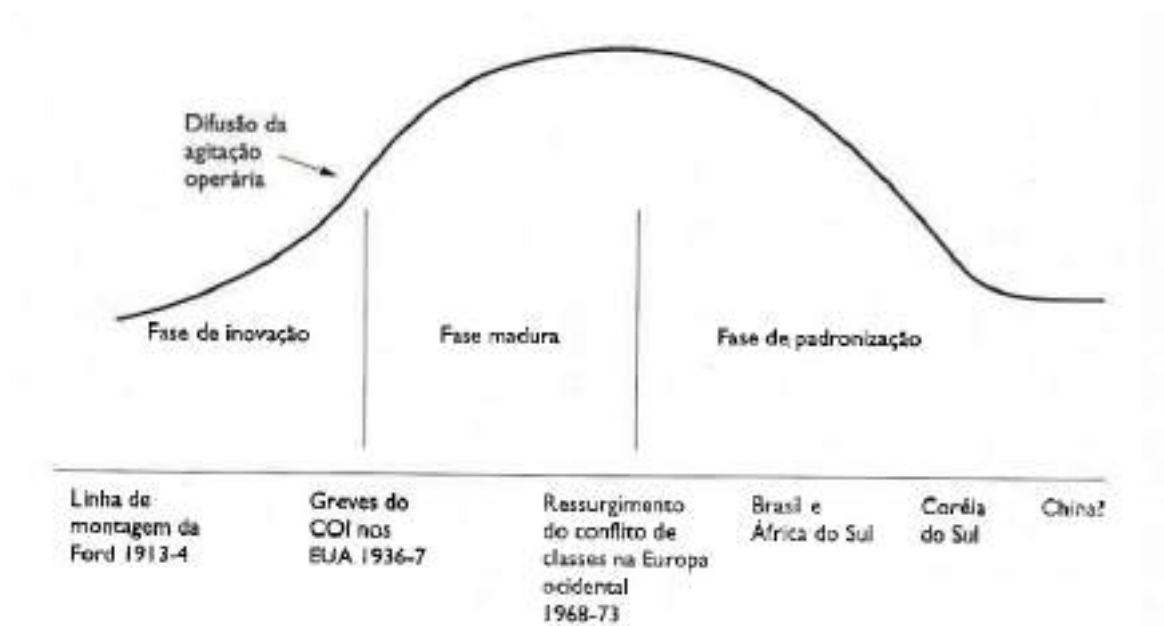
⁸ Ibid., p. 73.

Gráfico 2.1 - Ciclo de vida do produto têxtil e ondas de agitação operária



Extraído de Silver (2005)

Gráfico 1.2 – Ciclo de vida do produto automotivo e ondas de agitação operária



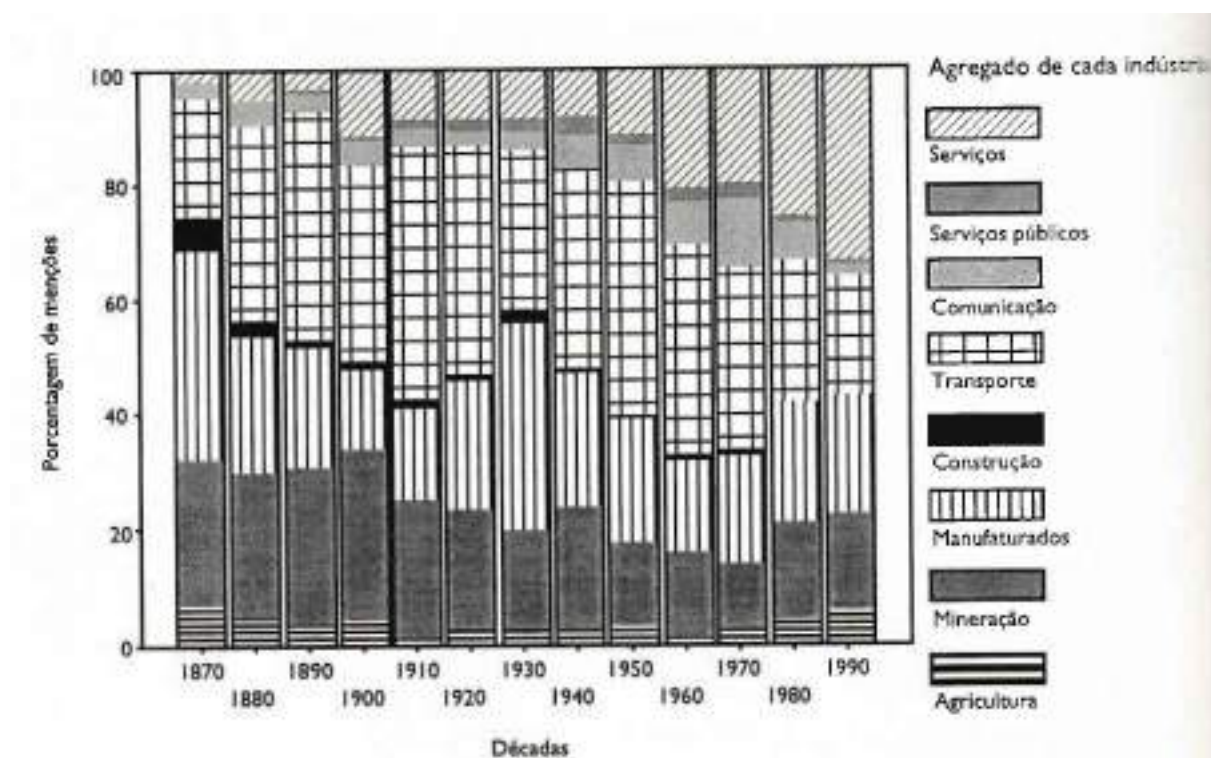
Extraído de Silver (2005)

Algo importante a ser lembrado é que gráficos os gráficos 1.1 e 1.2 sugerem um aspecto global da produção, porque, quando da disseminação dela para uma outra região que não aquela que inicialmente começou a produzi-lo, haverá um ciclo interno, começando não da “fase de inovação”, mas da entrada dele no contexto doméstico de produção. Logo, é assim que se deve ver a difusão da produção do ponto de vista da análise dos conflitos trabalhistas.

Como saídas encontradas pelo capital para dirimir os conflitos que permanentemente o acompanham há quatro soluções: i) solução de produto; ii) solução espacial; iii) solução tecnológica/organizacional; e iv) solução financeira⁹. Essas soluções estão intrinsecamente ligadas à hipótese de que o deslocamento do capital leva consigo o deslocamento da agitação trabalhista, principalmente via segunda solução, espacial.

De forma abrangente, pode-se ver no gráfico 1.3 a composição da agitação trabalhista no mundo desagregada por setor. O avanço da agitação no setor de serviços, por exemplo, é precedido do crescimento desse setor como fatia da produção total.

Gráfico 1.3 – Agitação trabalhista no mundo, por setor (1870-1996)



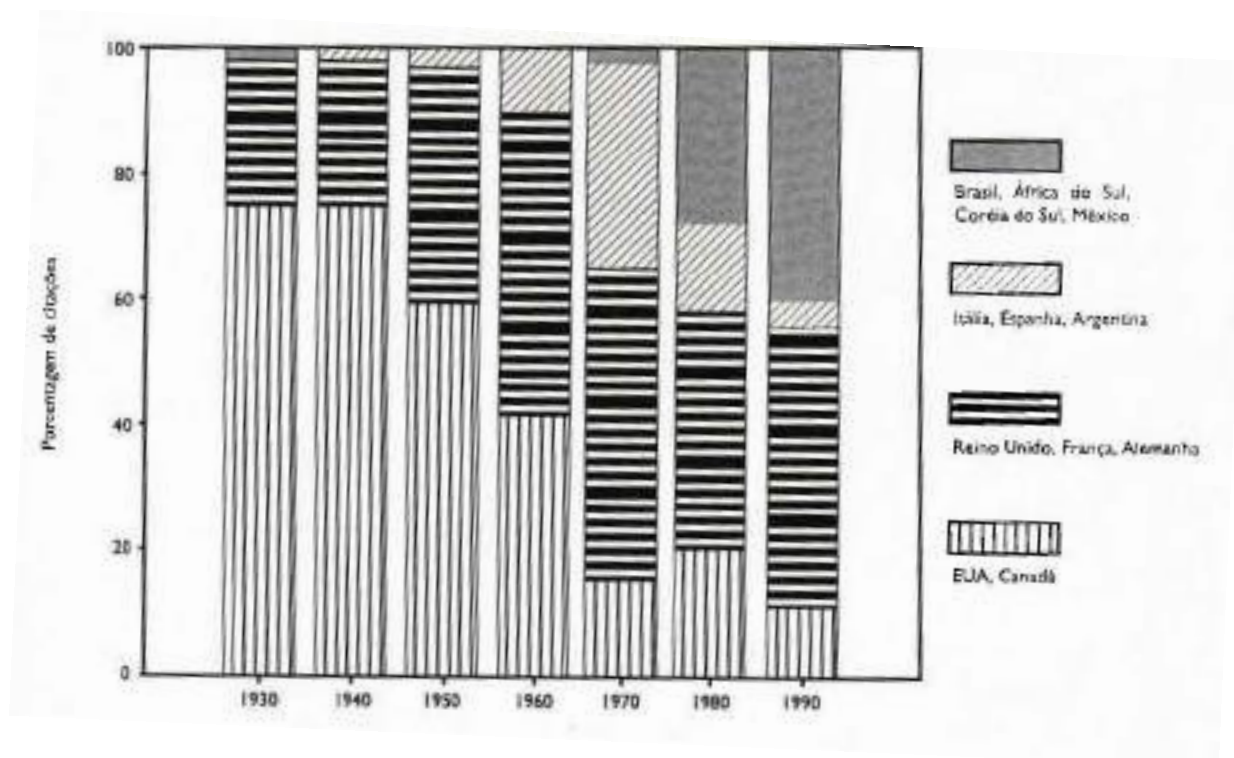
Extraído de Silver (2005)

Analogamente, vemos no gráfico 1.4 a distribuição das agitações do setor automobilístico desagregadas por região. Para entender onde se quer chegar com isso, basta ter

⁹ Ibid., p. 51 e SILVER E ZHANG, 2009.

em mente que a indústria automobilística se deslocou geograficamente (solução espacial), levando consigo, então, os conflitos.

Gráfico 1.4 – Distribuição geográfica de menções a manifestações de trabalhadores na indústria automobilística (1930-1996)



Extraído de Silver (2005)

Essa dinâmica é marcada, portanto, por movimentos de mercadorização e desmercadorização do trabalho, de forma que os trabalhadores, ao longo dos anos, recebam mais ou menos concessões, ou seja, com estabelecimento ou ruptura de pactos sociais. Assim, as expansões do mercado, com consequentes pressões sobre o proletariado, geram um efeito de resistência dos trabalhadores, resultando numa melhoria temporária da vida desses, seja via movimentos do mercado, seja por pressão estatal, somente para que, na próxima crise do sistema, sejam novamente cerceadas¹⁰.

Silver ainda cria uma tipologia para classificar os conflitos. Para ela, há dois grandes grupos nos quais os eventos podem ser inseridos: agitações de tipo marxiano e agitações de tipo polanyiano. O primeiro, marxiano, é marcado por “(...) lutas de novas classes trabalhadoras implementada e fortalecidas sucessivamente como consequência não-intencional do desenvolvimento do capitalismo histórico, ainda que simultaneamente ao desaparecimento de

¹⁰ Ibid., p. 35

antigas classes trabalhadoras.”¹¹, ou seja, dada a característica dialética da própria sociedade, o conflito se regeneraria conforme os trabalhadores fossem novamente e novamente cerceados de suas benesses concedidas pelo capital, enquanto esse estaria em constante reformulação para obter o máximo de mais-lucro. O segundo, de tipo polanyiano, é caracterizado pelos “(..) contra-ataques à expansão do mercado global autorregulado, especialmente da parte das classes trabalhadoras que estão desfeitas e dos trabalhadores que se beneficiavam de pactos sociais que são abandonados pelos de cima”¹², já que o capital tenderia a levar a uma mercadorização completa da força-de-trabalho, de forma que as condições de vida do proletariado estivessem totalmente submetidas às leis de mercado, o que geraria movimentos de resistência para barrar esse movimento e estabelecer novos pactos sociais (ou até mesmo voltar a pactos anteriores que estariam sendo descumpridos) entre trabalhadores, empregadores e o Estado.

Se se expandir a concepção do que se viu até agora para a industrialização e proletarianização de forma mais ampla, num padrão *déjà vu*¹³, as ondas de movimentação trabalhista na China não podem ser encaradas com surpresa, afinal, a economia chinesa andou a passos largos nas últimas décadas¹⁴, contando com uma diminuição da sua rede de proteção social e com outros aspectos que desestabilizam a malha social. Logo, espera-se que o exame das agitações ocorridas na China tenha comportamento semelhante ao ocorrido no resto do mundo.

I.2 – A luta de classes na China: especificidades e características das agitações trabalhistas.

A visão que o Ocidente tem sobre o trabalhador chinês é um tanto quanto enviesada e longe da realidade atual¹⁵. Seja por uma mentalidade deturpada de como a filosofia confucionista¹⁶ influencia a vida dos chineses, seja pela propagação de uma face não verdadeira do país pelo partido-Estado, a realidade tem se mostrado um tanto quanto mais conturbada e, por vezes, violenta. Os incidentes de massa – como o partido-Estado prefere denominar os conflitos sociais – têm apresentado momentos distintos que reverberam as próprias políticas que o governo toma em relação aos rumos da economia e à mediação social para conter crises.

¹¹ Ibid., p. 35.

¹² Ibid., p. 35.

¹³ Ibid., p. 82.

¹⁴ Observar, por exemplo, o caso dos investimentos externos diretos, em que a China é o principal destino desde 2002. “CHINA ahead in foreign direct investment”. OCDE Observer n. 237, May 2003. Disponível em <http://oecdobserver.org/news/archivestory.php/aid/1037/China_ahead_in_foreign_direct_investment.html

¹⁵ “*The Chinese worker is often imagined as a diabolically exploited, haplessly diligent, mindlessly docile, nondescript, and disposable human being, easily replaced from the seemingly endless supply of identical youthful workers in the world’s most populous country*” LEE, 2007, p. ix.

¹⁶ BELL, 2008.

O que ocorre é uma situação bastante diferente da que se imagina, com conflitos latentes e pessoas clamando pela manutenção ou expansão de seus direitos. Assim, esta próxima seção tem por objetivo categorizar os conflitos em dois grandes segmentos a partir do trabalho de Ching Kwan Lee. A intenção aqui é ter uma visão panorâmica dos conflitos e caracterizá-los de forma mais ampla para, no capítulo terceiro, esmiuçar-se os dados coletados de forma que, com os subsídios dados neste capítulo, haja a possibilidade de entender os distintos movimentos sociais que surgem e/ou deixam de existir.

Antemão, já se coloca ao leitor que a classificação de Lee toma por base duas grandes regiões chinesas, as quais ela dá nomes que lembram suas condições atuais: cinturão da ferrugem e cinturão do sol¹⁷. Logo, a referência principal está na condição de desenvolvimento industrial em que ambas se encontram e que, ao se somar com outras características, retorna condições trabalhistas distintas e que levam a diferentes tipos de movimentações.

1.2.1– O cinturão da ferrugem: o pacto social socialista desfeito

A região nordeste da China é rica em recursos naturais e tem uma posição estratégica e, não à toa, passou por muitos conflitos no passado. É uma parte tão importante do país que Mao chamou Liaoning, uma das três províncias que a compõe (junto de Heilongjiang e Jilin) de “o filho mais velho da nação” e “a filha do imperador”, sabendo da importância para o desenvolvimento chinês que a região tinha.

Sem embargo, é a região que primeiro se industrializou e que seguiu por anos sendo a que mais recebia atenção do comitê central do PCCh. Logo após a Revolução de 1949, Liaoning se destaca no desenvolvimento da indústria pesada, principalmente devido a três fatores: i) ajuda soviética – em especial pela sua proximidade geográfica –; ii) legado japonês deixado após a invasão na Guerra sino-japonesa¹⁸; e iii) o esforço do PCCh quando do ‘Grande Salto Adiante’, período que a indústria pesada se tornou obsessão como forma do país obter uma acumulação de capital. No período do Grande Salto, Schueller¹⁹ revela que 94% dos investimentos do governo central era destinado ao desenvolvimento da indústria pesada de Liaoning, sendo essa província responsável por 71% da produção de ferro, 63% da produção de aço e 58% da produção de produtos de aço já em 1957²⁰. Essa cadeia produtiva era dominada

¹⁷ *Rustbelt e Sunbelt*, respectivamente.

¹⁸ “*After the annexation of Manchuria in 1931, Japan transferred capital and skilled labour to Manchuria on a large scale in order to launch an ambitious programme of rapid industrialisation. Besides increasing the capacity of extractive and heavy industry, a large communications network and hydroelectric power system was built.*” SCHUELLER, 1997 p. 95.

¹⁹ *Ibid.*, p. 100.

²⁰ *Ibid.*, p. 100.

e integrada pela forte presença estatal através das *State's Owned Enterprises* (SOEs), que se adequavam ao planejamento econômico vindo de Pequim.

A tabela 1.1 abaixo indica a grande importância econômica que a região possuía nas primeiras décadas da República Popular da China e pode apontar para a centralidade da região nas políticas econômicas e sociais do governo. Já se pode notar antecipadamente a decadência do nordeste chinês e perda de protagonismo para o sudeste na iminência da década de 1980, aqui representadas por Shandong e Guandong.

Tabela 1.1 – Participação no produto interno por região em períodos selecionados

					<i>Sector</i>		
	<i>GVSP</i>	<i>GVIO</i>	<i>GVAO</i>	<i>GDP</i>	<i>Primary</i>	<i>Secondary</i>	<i>Tertiary</i>
<i>1953-78</i>							
Liaoning	8.2	10.0	2.7	7.6	2.2	0.7	5.3
Jiangsu	7.3	1.7	3.3	5.2	2.5	12.3	3.9
Shandong	7.2	11.7	2.2				
Guandong	6.7	10.6	3.5	5.2	2.7	10.5	4.5
<i>1979-90</i>							
Liaoning	9.0	9.1	5.3	7.6	5.1	6.6	13.6
Jiangsu	14.1	16.6	5.9	10.3	5.4	12.3	11.4
Shandong	12.8	14.6	7.1	9.6	6.7	11.1	10.2
Guandong	14.8	23.4	7.1	12.3	7.4	13.7	14.4

Note: GVSP: Gross Value Social Product; GVIO: Gross Value Industrial Output; GVAO: Gross Value Agricultural Output; GDP: Gross Domestic Product

Source: Liaoning Daxue Jingji Yanjiasuo, *Liaoning Jingji Shichanghua Chengdu de Kaocha yu Jiangsu, Shandong, Guandong san sheng bijiao*, 1993, p. 2

Extraído de Goodman et al. (1997)

No entanto, como pode se ver na tabela 1.2, a participação do PIB da região como percentual do PIB chinês vem caindo vigorosamente desde a década de 1990. Os motivos desta queda serão analisados em momento oportuno.

Tabela 1.2 - Percentual do PIB chinês produzido por região selecionada

Ano	PIB Liaoning+Jilin+Heilongjiang/PIB China (%)	PIB Liaoning/PIB China (%)
1993	11,010%	5,637%
1997	9,677%	4,494%
2002	9,402%	4,484%
2007	8,720%	4,134%
2012	9,372%	4,613%
2017	6,611%	2,852%

Fonte: NBS 2018

Assim, é possível prever o surgimento de turbulências na esfera econômica que essa perda de protagonismo traz, com a consequente instabilidade no tecido social. A significativa guinada no modelo de desenvolvimento do país após a morte de Mao e subsequente subida de Deng Xiaoping ao poder é o marco para tal tensionamento.

Como se analisará melhor no segundo capítulo, um dos grandes movimentos para a explosão de agitações trabalhistas no *cinturão da ferrugem* foi exatamente a reestruturação econômica pela qual o país passou na década de 1980 e 1990. Convém adiantar que a troca de um sistema estatal para um sistema misto de mercado (ainda que de conchavos e conluios com o Partido-Estado), faz com que haja um desmoronamento das garantias sociais das quais os trabalhadores se beneficiavam, deixando-os unicamente com a garantia do que seus próprios salários pudessem comprar. A *panela de ferro de arroz (danwei)*²¹ já não existe mais e as condições de vida dos operários se deterioraram rapidamente. Note-se que essa reestruturação econômica tem como cerne uma mudança muito mais relacionada ao entendimento do trabalho em si, no sentido do qual Marx já falava da mercadorização da força de trabalho, ou seja, de como o trabalho deixa de ser objeto de transformação sócio-material para se tornar apenas mais uma mercadoria, cujo “(...) valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la (...)” e “(...) se fixa como o de outra mercadoria qualquer (...)”²², ou seja, no entendimento microeconômico de fator de produção.

A literatura apresenta dois principais motivos – diretamente relacionadas à abertura do país pós-maoísmo – para a decadência da região e que, trazendo para o arcabouço da análise das agitações trabalhistas, tem efeitos muito similares, somente se espaçando no tempo. O primeiro motivo é a reestruturação empresarial iniciada em 1983 e que tinha como objetivo a descentralização das decisões a partir de um sistema contratual entre os governos locais e os

²¹ Essa é uma forma de se chamar o incipiente sistema de bem-estar social chinês, o qual se estabelecia em garantias dadas pelas empresas estatais aos seus trabalhadores, como moradia, aquecimento, eletricidade, etc.

²² MARX. “Salário, preço e lucro”. 1982 [1865].

gerentes das fábricas, passando estes a serem responsáveis pela produção industrial. O segundo motivo é a onda de privatizações dos anos 1990 que transformou de fato a propriedade das empresas estatais, passando-a para as mãos da iniciativa privada²³.

A transformação do trabalho vem a reboque da reforma empresarial e modifica as relações empregatícias, de forma que o contrato social socialista é desmanchado e dá lugar à *rule of law* ou contrato social legalista. O antigo sistema, calcado nas garantias que a unidade de produção dava a seus trabalhadores, já não tem mais espaço. Antes, o trabalho não era simplesmente fator de produção, mas parte entregue pela população em barganha do sistema socialista garantidor das demandas deles²⁴.

O desmonte desse tipo de contrato, ao qual a geração mais velha e persistentemente maoísta estava acostumada, traz consigo, então, uma insatisfação popular com características únicas, promovendo agitações distintas daquelas que ocorrem no *cinturão do sol*. Há um matiz muito mais de almejar um status passado, perdido com a reestruturação e abertura do país. É nesse sentido que Lee classifica as agitações ali ocorridas como *protests of desperation*²⁵. É exatamente na ruptura do que se chama de contrato social socialista para um contrato social legalista que permeia as queixas dos trabalhadores. Lee diz que o período que antecede as reformas tinha uma outra visão do sistema e da função do Estado²⁶, sendo entrelaçada muito mais à moral chinesa, e que foi perdida com o avanço das reformas, dando, assim, origem a uma forma diferenciada de agitação, ligada às causas do cotidiano e que buscam manutenção de direitos outrora garantidos e, por isso, chamados de protestos de desespero. Nessa classificação está presente a forte retórica de classe, muitas vezes associada ao forte senso hierárquico, de respeito aos mais velhos ou até piedade filial, que culmina no endosso da população pelas lutas dos aposentados em reterem suas pensões e aposentadorias, como diz Lee²⁷ “*Hailed by the government as a manifestation of the superiority of socialism, a guaranteed pension is widely considered a sacrosanct entitlement by ordinary workers in state industries*”. Esses protestos também podem ser classificados como do tipo polanyiano²⁸.

Para breve acompanhamento dos casos de unidades de trabalho com problemas no pagamento de pensões aos seus aposentados, a tabela 1.3 mostra o crescimento vertiginoso no

²³ Ambos motivos serão melhor discutidos no capítulo II.

²⁴ LEE, 2007, p. 41.

²⁵ Ibid., p. 12.

²⁶ “(...) the prereform period when a socialist social contract—an implicit state guarantee of employment security and welfare in exchange for workers’ political acquiescence—regulated state and labor relations (...)” Ibid., p. 12

²⁷ Ibid., p. 45.

²⁸ Ou seja, manifestações com caráter de manutenção de direitos num contexto de revogação destes.

fim da década de 1990. Tais atrasos são combustível que dão força aos movimentos de aposentados.

Tabela 1.3 – Pensões em atraso (1996-2000)

		<i>Number of units in arrears on pensions to retired and resigned workers</i>	<i>Number of retired and resigned workers with pensions in arrears</i>
1996	National	692,272	1,040,448
	Liaoning	157,365	214,442
1997	National	1,122,486	1,268,098
	Liaoning	194,112	166,955
1998		Data unavailable	
1999	National	29,919	3,647,004
	Liaoning	2,485	443,909
2000	National	43,617	3,881,306
	Liaoning	4,709	1,193,006

SOURCE: Research Department, All China Federation of Trade Unions, *Chinese Trade Union Statistics Yearbook, 2001* (Beijing: China Statistics Press, 2002), pp. 66–67, 79, 88–90.

Extraído de Lee (2007)

Dessa forma, já se pode notar uma característica peculiar das *agitações de desespero* ocorridas nesta região. Elas têm como ponto de partida os reveses que os trabalhadores sofreram, de modo que eles se sintam traídos pelo Estado depois de terem cumprido com seu papel no contrato social. Fazendo um breve paralelo como subcapítulo anterior, é possível identificar que os protestos do *cinturão da ferrugem* se adequam melhor ao tipo polanyiano de agitação trabalhista na classificação de Silver, pois há um afrouxamento no contrato social socialista, trazendo reveses às conquistas da classe operária, o que é prontamente respondido.

Assim, uma tipificação em três grandes eixos pode ser notada, sendo que cada uma delas tem como vetor principal as demandas exigidas. A saber, os três tipos são: i) *protestos de não-pagamento*; ii) *protestos de vizinhança*; e iii) *protestos de falência*.

Os *protestos de não-pagamento* podem ser divididos em outros dois grupos, o primeiro de falta de pagamento de pensões e aposentadorias e o segundo, de falta de pagamento de trabalhadores ativos. Contudo, é esse primeiro grupo que, essencialmente, qualifica essa tipificação. Esse grupo tende a ter maior legitimidade social, e costuma ter suas demandas mais facilmente reconhecidas pelo Estado. É frequente que os protestantes usem de suas credenciais revolucionárias para conquistar atenção e afastar a repressão policial, dizendo “*demos nossa*

juventude ao Partido”²⁹. No entanto, é indispensável citar as barreiras que esse tipo de manifestação traz consigo, já que possuem potencial limitado de se transformar num grande movimento, muito por conta da baixa solidariedade entre os próprios aposentados e pensionistas, afinal, os benefícios que eles exigem são, em larga escala, referentes aos seus antigos postos de trabalho em suas respectivas unidades fabris, tornando, assim, seus interesses difusos.

Além, para a ação prática, há uma percepção estreita dos protestantes do que é ou não justo, de forma que as manifestações não fujam ao controle e se tornem violentas, apesar de também existir uma percepção contraditória de que “*quanto maior o distúrbio, maior a solução*”³⁰. Entretanto, ambas as percepções acabam por se coadunar para formarem a ideia de que os protestos não devem ser violentos, mas também não podem ser tímidos, pois há a necessidade de visualização pelos governos locais para que as soluções sejam tomadas rapidamente. Logo, é comum que essas manifestações se deem na forma de bloqueios de vias³¹.

Os *protestos de vizinhança*, por outro lado, são tipificados assim por serem resultado de uma falta de fornecimento ou subsídio de bens e serviços essenciais para a vida dos trabalhadores nos seus bairros residenciais que, outrora, eram garantidos pela fábrica onde estavam alocados, já que, via de regra, as unidades fabris mantinham residências para seus trabalhadores³². Logo, há uma escalada de problemas quando tais unidades são reestruturadas ou sofrem falência, tornando dificultoso o prosseguimento na manutenção das garantias que existiam. Diferentemente daquela primeira tipificação, os *protestos de vizinhança* tendem ter um caráter mais colaborativo, pois, como o nome já sugere, envolvem várias famílias alocadas numa mesma região, e costumam ter como alvo a gerência das empresas que seriam responsáveis pelo pagamento dos serviços.

*The target of workers' actions was the enterprise management, which workers held responsible for not paying the subsidies, but they made shrewd use of mass action in public to draw the attention of city government officials, who would presumably leverage their pressure on enterprise management.*³³

Destaque-se que os principais motivos indutores são o serviço de calefação das casas – as temperaturas na região caem, facilmente, abaixo de zero grau celsius –, de fornecimento de água e energia elétrica. No entanto, como as demandas são pontuais, as manifestações desse tipo se dissipam assim que as demandas são solucionadas.

²⁹ Ibid., p. 78.

³⁰ Ibid., p. 81.

³¹ Para mais detalhes, ver capítulo III.4.

³² Ibid., p. 87; SCHUELLER, 1997, p. 105.

³³ LEE, 2007, p. 88.

Contudo, há ainda um outro ponto contencioso que os *protestos de vizinhança* abarcam: a questão da propriedade das residências. Num contexto de grandes inseguranças jurídicas, esse é um ponto que se arrasta desde a década de 1980. O reconhecimento do direito de propriedade, algo já difuso na China³⁴, é extremamente problemático quando envolve firmas que já não existem mais, uma vez que não há quem reconheça o próprio direito de propriedade, especialmente caso os trabalhadores tenham feito algum acordo anterior de participação na propriedade. Estatísticas mostram que, no início dos anos 2000, cerca de 42% das residências cujo chefe de família fosse trabalhador tinha adquirido a propriedade através de suas unidades de trabalho³⁵, o que faz com que a possibilidade de disputas entre trabalhadores e empregadores seja alta, pois muitos dos contratos de venda do direito de propriedade são confusos.

Por fim, tem-se os *protestos de falência*, assim chamados por terem como agente principal aqueles trabalhadores de fábricas que estejam em processo de falência, que são, basicamente, as pequenas e médias SOEs que não resistiram ao processo de reestruturação. Os trabalhadores, geralmente de meia-idade, dessas empresas foram uma das camadas mais afetadas na reestruturação, sendo chamados de *geração perdida*, uma vez que foram interpelados pelo desemprego num momento da vida que não podiam usufruir das garantias sociais destinadas aos mais velhos nem tinham capacidade de se lançarem novamente em busca de emprego num contexto de competição extremamente acirrado com os mais jovens³⁶. É ainda interessante notar que, diferentemente dos dois primeiros tipos de protesto, os *protestos de falência* tendem a unir trabalhadores ativos e aposentados, já que os malefícios da quebra da empresa não poupam classes, senão os prejudica indistintamente.

Enfim, tendo analisado esses três tipos, o que se encontra de forma persistente é a fragmentação do movimento trabalhista, no que Lee chama de “*ativismo celular*”, e que é muito relacionado à própria diversificação das garantias sociais dadas pelas fábricas, pela diferenciação entre os benefícios dos empregados ativos e dos aposentados e, ainda, pela forma que os governos locais tratam a situação, tornando dificultoso que haja solidariedade entre trabalhadores para que se forme movimentos maiores e mais coesos.

I.2.2 – O cinturão do sol: um novo trabalhismo chinês

Neste subcapítulo, a proposta é analisar a província de Guangdong, região chamada por Lee de *Sunbelt*, que, à semelhança da sua contraparte nos Estados Unidos, é a região que tem apresentado maior crescimento econômico e demográfico do país. Antecipadamente, é importante frisar que essa é uma região de industrialização mais recente, o que influenciará

³⁴ ZHANG, 2015.

³⁵ LEE, 2007, p. 126.

³⁶ Ibid., p. 92.

tremendamente na caracterização de suas agitações, e que tem se destacado principalmente desde a década de 1990 em relação às outras províncias. A tabela 1.4 informa o percentual do PIB produzido somente por essa província em anos selecionados, sendo que tal percentual só é comparável ao de duas outras províncias, Jiangsu e Shandong, no ano de 2017, com 10,46% e 8,85% de participação no produto nacional, respectivamente.

Tabela 1.4 – Percentual do PIB chinês produzido pela província de Guangdong

Ano	PIB Guangdong/PIB China (%)
1993	9,725%
1997	9,753%
2002	11,093%
2007	11,765%
2012	10,596%
2017	10,930%

Fonte: NBS 2018

O crescimento econômico dessa região, no entanto, se dá ao passo em que há um encolhimento na importância do *rustbelt*, conforme analisado anteriormente. Os motivos, econômicos, sociais e políticos para tal fato não correspondem ao escopo deste trabalho, sendo somente necessário compreender que, atualmente, é o *sunbelt* que ocupa lugar de destaque na produção industrial chinesa, pois é disso que se depreenderá a análise do deslocamento das agitações trabalhistas no país.

No ano 2000, a província de Guangdong sozinha já correspondia por 42% de todas as exportações chinesas, com destaque para a cidade de Shenzhen³⁷. No mesmo ano, 37% de toda força de trabalho migrante trabalhava nessa mesma província³⁸. A migração para a costa, especialmente para Guangdong, será analisada em capítulos subsequentes. Importa saber que a aceleração do crescimento econômico da região nas últimas três décadas provém da abertura do país para empresas estrangeiras e/ou transnacionais, bem como do crescimento do número de empresas privadas domésticas, como a tabela 1.5 explicita a partir do percentual de produção industrial por tipo de propriedade.

³⁷ LEE, 2007, p. 161.

³⁸ Ibid., p.285.

Tabela 1.5: Percentual da produção industrial por propriedade – 1993-2003

Year	State-owned or state-controlled (%)	Collective (%)	Individual (%)	Others (%)
1981	74.76	24.62	0.04	0.47
1985	64.86	32.08	1.85	1.21
1988	56.80	36.15	4.34	2.72
1990	54.60	35.62	5.39	4.38
1991	56.16	33.00	4.83	6.01
1992	51.52	35.07	5.80	7.61
1993	46.95	34.02	7.98	11.05
1994	37.34	37.32	10.09	14.85
1995	33.96	36.59	12.86	16.58
1996 ^a	36.32 (28.48)	39.39	15.48	16.65
1997	31.62 (25.52)	38.11	17.92	18.45
1998	28.24	38.41	17.11	22.91
1999	28.21	35.37	18.18	26.14
2000	47.33	13.90	—	64.07
2001	44.41	10.53	—	71.46
2002	40.79	8.68	—	75.73
2003	37.54	6.65	—	80.36

Extraído de Lee (2007)

Assim, a partir da premissa que rege esta pesquisa – de que seria esperado que também houvesse aumento das agitações trabalhistas – e da tipificação proposta por Lee, propõe-se analisar aqui os carizes das movimentações proletárias na região.

Diferentemente das agitações do *rustbelt*, as movimentações aqui têm um viés bastante mais legalista e de judicialização, conforme Lee cita:

*That is why the law, the courts, and the labor bureaucracy become the crucible of labor mobilization in the sunbelt. The discrepancy between the legal prescription of rights and the lived reality of the absence of those rights has prompted workers to raise their voices against discrimination*³⁹.

Devido ao fato de os trabalhadores serem migrantes e não possuírem *hukou*⁴⁰, logo sendo considerados cidadãos de segunda classes, resta a eles a esperança de serem atendidos pela intervenção estatal, já que “(...) *The Labor Law defines them as workers with legal rights and therefore furnishes institutional leverage amidst all kinds of disadvantages (...)*”⁴¹.

Para a autora, é claro que a medida inicial dos trabalhadores é a apelação para a justiça estatal através da mediação, arbitragem ou litigância, sendo as manifestações, greves ou

³⁹ Ibid., p.159.

⁴⁰ Ver capítulo II.1.

⁴¹ Ibid., p.161.

demonstrações de insatisfação, deixadas como segundo plano, mas, que quando surgem, tendem a ser mais contagiantes, muito devido à aglomeração geográfica das fábricas⁴², e também possuem um caráter mais colaborativo entre os trabalhadores, pois a força do movimento se dá na atenção que chamam do governo local, sendo, portanto, melhor que haja o máximo de pessoas aderindo aos atos⁴³. Isso não significa, contudo, que haja uma identidade de classe bem definida, senão uma mais dispersa, aparecendo na insatisfação com o tratamento desses trabalhadores migrantes, cerceados de muitos benefícios simplesmente por não possuírem o *hukou* daquela região⁴⁴. Ou seja, é marginalização e a falta da efetiva aplicação de seus direitos que faz com que haja uma confluência entre eles para demonstração de insatisfação, no que a autora chama de *protestos contra discriminação*⁴⁵.

Seguindo essa linha, a análise das petições judiciais é fundamental para entender os trabalhadores dessa região. A tabela 1.6, apesar de não diferir por província, indica o aumento das disputas judiciais no país, mostrando que em 1994 o total era de apenas 19.098 contenciosos, número que cresce vertiginosamente até atingir a marca de 785.323 em 2017. A tabela seguinte, 1.7, especifica as contestações judiciais para o período de 1986 a 1999 e somente para a cidade Shenzhen, mostrando resultado similar ao do nacional, de forma que se pode concluir que essa é uma das formas de movimentação trabalhista crescente nas últimas décadas.

Note-se, porém, que essas contestações costumam ser muito mais favoráveis aos trabalhadores do que aos empregadores, mas é importante ressaltar que a tabela só disponibiliza dados para os casos que de fato tiveram algum parecer burocrático. Há outros muitos casos que não chegam a essa fase, pois há um sistema judicial falho e personalista, que se alia ao fato de migrantes serem considerados cidadão de segunda classe, tornando a disputa por vias legais nem sempre favorável a eles, fazendo-os, muitas vezes, não dar credibilidade⁴⁶ a esse meio, apesar de inicialmente ser a via que eles preferem resolver as contendas. Esse fator é um dos quais os empurra para medidas mais agressivas, como greves e manifestações, conforme Lee diz:

*Workers are inclined to resort to the government labor bureaucracy and the court whenever conflicts erupt in the workplace (...) [but they] lose faith in the neutrality of the court and develop negative dispositions toward the integrity of the state itself. These workers become inclined toward noninstitutionalized, bordering on illegal, modes of actions, or what they themselves describe as “radical action.”*⁴⁷

⁴² Ibid., p. 174.

⁴³ Ibid., p. 197.

⁴⁴ Ibid., p. 195.

⁴⁵ Ibid., p. 9.

⁴⁶ Ibid., p.160.

⁴⁷ Ibid., p.160.

Tabela 1.6 – Disputas judiciais trabalhistas

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Número de casos	785.323	828.410	813.859	715.163	665.760	641.202	589.244	600.865	684.379	693.465	350.182
Casos sobre remuneração salarial	331.463	345.685	321.179	258.716	223.351	225.981	200.550	209.968	247.330	225.061	108.953
Casos sobre seguros sociais	135.211	145.671	158.002	160.961	165.665	159.649	149.944				97.731
Casos sobre contrato de trabalho											4.695
Casos sobre interrupção ou término do contrato trabalhista	169.456	188.642	182.396	155.870	147.977	129.108	118.684	31.915	43.876	139.702	80.261
Outros casos											
Trabalhadores envolvidos em disputas trabalhistas	979.016	1.112.408	1.159.687	997.807	888.430	882.487	779.490	815.121	1.016.922	1.214.328	653.472
Trabalhadores envolvidos em disputas trabalhistas coletivas	203.963	289.924	341.588	267.165	218.521	231.894	174.785	211.755	299.601	502.713	271.777

Para os anos de 1994 a 1999 foram usados dados do CSY.

Fonte: NBS e CSY.

2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994
317.162	313.773	260.471	226.391	184.116	154.621	135.206	120.191	93.649	-	71.524	33.030	19.098
				59.144	45.172	41.671						
				32.622	31.158	31.350						
3.456	7.567	4.465	5.494	3.765	4.254	3.829						
67.868	68.873	57.021	52.060	43.848	39.336	31.965						
	28.257	17.776	13.131									
679.312	744.195	764.981	801.042	608.396	467.150	422.617						
348.714	409.819	477.992	514.573	374.956	286.680	259.445						

Tabela 1.7 – Disputas judiciais na cidade de Shenzhen (1986-1999)

	<i>Total</i>	<i>1986</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>
Total cases arbitrated	70,351	54	193	402	500	359	322	316	2,900	6,792	8,941	10,983	13,179	12,130	13,280
<i>Handling Method</i>															
Mediation	63,807	38	111	260	338	236	177	164	2,660	6,506	8,611	10,442	12,267	10,935	11,062
Arbitration	3,779	0	11	37	41	36	38	42	69	81	93	246	542	894	1,649
(Appeal)	(2,211)	(0)	(4)	(7)	(10)	(16)	(5)	(29)	(36)	(12)	(56)	(109)	(341)	(781)	(805)
Other	2,765	16	71	105	121	87	107	110	171	205	237	295	370	301	569
<i>Result</i>															
Favorable to entrepreneurs	9,840	8	31	71	87	62	55	45	463	1,039	1,254	2,001	3,194	638	892
Favorable to employees	48,544	34	105	203	247	196	186	207	1,896	4,861	7,003	7,724	5,812	10,569	9,501
Favorable to both	11,967	12	57	128	166	101	81	64	541	892	684	1,258	4,173	923	2,887

Extraído de Lee (2007)

Voltando agora para a tipificação dos motivos pelos quais há conflitos, Lee distingue as reclamações dos trabalhadores em três grandes eixos, similarmente ao que faz em relação ao *Rustbelt*, a saber: i) salários atrasados, deduções ou abaixo do piso legal; ii) violência disciplinatória ou violações da dignidade; iii) acidentes de trabalho e falta de compensações por esses⁴⁸. Adiante-se que essas reclamações vêm de trabalhadores informais, sem vínculo formal com as empresas, o que dificulta ainda mais suas soluções, e é por isso que é comum os empregados pedirem auxílio primeiramente dos seus empregadores, apelando para a benevolências desses, e não para suas responsabilidades legais⁴⁹.

O primeiro eixo é diretamente corroborado pelos dados da tabela 1.6, em que se nota a preponderância das disputas sobre remuneração salarial, responsável por cerca de 42% de todas as disputas em 2017. Lee argumenta que as relações laborais chinesas são tão atrasadas e deficiente de garantias legais e contratuais que seria possível considera-las como pré-capitalistas⁵⁰, superando até mesmo as noções marxistas de exploração e alienação. É comum que haja pessoas trabalhando por quatorze ou dezesseis horas por dia e sem descanso semanal⁵¹

O segundo eixo se mostra ainda mais ultrajante e feudal para aqueles acostumados com o atual regime de trabalho no Ocidente. São casos em que há claro abuso de poder para desmoralizar trabalhadores e arrefecer possíveis ‘fraudes’ ou ‘desvios de conduta’, objetivando sempre uma maior produtividade deles sem que haja qualquer contrapartida. Lee cita vários casos, dentre eles, invasões de privacidade, obrigação de uso de placas degradantes e revistas íntimas⁵². Esses são casos ainda mais difíceis de serem identificados, seja por falta de estatísticas oficiais, seja por receio dos trabalhadores em delatar tais eventos.

Por último, o terceiro eixo é o dos acidentes de trabalho, que se dão tanto pelo grande número de horas trabalhadas e cansaço decorrente disso, quanto pelas más-condições de trabalho. Somente no ano de 1997, há registros de mais de 10.800 casos⁵³, frequentemente na forma de membros decepados, ossos quebrados e até mortes⁵⁴. Esse eixo diferencia-se dos

⁴⁸ Ibid., p. 164.

⁴⁹ Ibid., p. 170.

⁵⁰ “Underlying these predicaments is what may be called a “precapitalist” institution of labor relations, underscored by the lack of contractual and legal guarantees for the market exchange of free labor power. The treatment of Chinese workers in many of these conflicts goes beyond the Marxist notions of exploitation and alienation. I offer examples for each type to illustrate the precapitalist nature of Chinese labor relations, despite attempts by the state to impose a labor rule of law and to bring about a regulatory framework amenable to the emergent capitalist economy”. Ibid., p. 165

⁵¹ “One study conducted by the Communist Party Youth League in six cities in Guangdong polled 1,800 migrant workers in December 2001. It found that 80 percent worked more than ten hours per day. Most worked twelve to fourteen hours per day, and 47.2 percent said they rarely had any holidays or rest on weekends” Ibid., p. 163.

⁵² Ibid., p. 165 e 166

⁵³ Ibid., p. 287.

⁵⁴ Ibid., p. 168.

outros quando da judicialização, pois tem um caráter mais individual, enquanto os outros são frequentemente mais coletivos⁵⁵.

Por fim, ao se traçar um paralelo com a tipologia de Silver, os protestos do *sunbelt* poderiam ser classificados como de tipo marxiano, já que são as contradições inerentes ao desenvolvimento do próprio capitalismo que lançam os trabalhadores à resistência.

Conclusões parciais

Nessa seção, procurou-se demonstrar, a partir de uma revisão teórica, as tipologias já existentes e debatidas no meio acadêmico sobre o trabalhismo. Primeiro, com Silver, foi visto o movimento trabalhista no contexto mundial e seus padrões reincidentes (ou de *déjà vu*), o que trouxe a indagação sobre o que estaria acontecendo na China, já que é sabido o grande crescimento econômico do país e sua inserção nas cadeias globais de valor. Assim, com esse arcabouço teórico, intentou-se demonstrar as especificidades chinesas conquanto às suas regiões industriais, para isso, usando-se a pesquisa feita por Lee.

Dessa forma, estabeleceu-se uma revisão que ajudará a entender os dados que serão analisados nos próximos capítulos.

⁵⁵ Ibid., p. 170.

CAPÍTULO II – OS PRECEDENTES: CHINA EM TRANSFORMAÇÃO

O capítulo que se inicia dará atenção a três grandes fatores que, em nossa pesquisa, foram identificados como fundamentais para que as agitações trabalhistas tivessem um terreno fértil à germinação na China. São, portanto, movimentos políticos, econômicos e sociais que, ao longo das últimas décadas, permitiram, de forma sistemática, o avanço da mercadorização da força de trabalho e, assim, subsidiaram a formação de manifestações contrárias a esse processo.

Certamente há outros muitos fatores que influenciaram as agitações no país ou mesmo alguns que tiveram alcance limitado, mas os três destacados são aqueles que possuem maior impacto na realocação de forças no conflito distributivo que favorece o capital. Logo, a relação que se estabelece é a de uma causalidade indireta, sendo esses pontos considerados precedentes ou fatores que possibilitaram a reunião de trabalhadores em certos locais sob determinadas condições de vida e que permitem analisar as agitações em um contexto mais amplo das transformações domésticas chinesas.

Migração, reestruturação produtiva (ou privatização) e expropriação da terra, cada qual a sua maneira, tensionam o trabalhador a se adequar ao sistema, empurrando-o à produção industrial nos grandes centros urbanos, sob péssimas condições, gerando insatisfação e, possivelmente, agitação.

II.1 – Urbanização chinesa: migração e controle

Um dos movimentos mais importantes na história moderna dos países foi, de fato, a conversão de camponeses em moradores de cidades, onde haveria concentração de fábricas⁵⁶. Esse movimento é entendido como racional na perspectiva econômica, isto é, de que há ganhos tanto para o camponês quanto para as fábricas, como o relatório do Banco Mundial sugere: *“Labor mobility and voluntary migration for economic gain are the human side of the agglomeration story. As for firms, localization and urbanization economies arise from knowledge spillovers between people in proximity”*⁵⁷. No entanto, além dessa, há uma segunda perspectiva pela qual se pode observar as migrações, seja ela denominada perspectiva estrutural, que compreende as transformações regionais de produção e expansão do sistema produtivo⁵⁸.

Logo, a migração chinesa pode ser entendida nesse contexto, mas também, e principalmente, devendo levar em consideração a vasta coordenação do PCCh em relação aos

⁵⁶ HOBBSBAWN, 1978, p. 80.

⁵⁷ BANCO MUNDIAL, 2009, p. 158.

⁵⁸ *“The structural perspective, on the other hand, emphasizes historical transformations of regional and national economies, spatial organization of production, and expansion of capitalism”* FAN, 1999, p. 954.

fluxos migratórios, com finalidade de planejamento econômico que dispusesse de incentivos para o crescimento e industrialização do país de acordo com os interesses do momento. O aparato que daria ao PCCh esse poder de controle da locomoção no país é o *hukou*, espécie de passaporte interno, criado no fim dos anos 1950 e que permite – ou não – aos cidadãos chineses morar em determinada região e poder usufruir dos direitos concedidos especificamente àqueles que possuem o aval do governo para ali estarem, além de estipular uma classificação restrita da condição de região rural ou não-rural pela qual se aloca diversos benefícios. Isso, na prática, significou uma política de favorecimento das regiões urbanas, com vista à industrialização, onde o excedente das regiões rurais financiaria as cidades⁵⁹. O controle rígido pelo partido-Estado dessa ferramenta possibilitou que, quando houvesse necessidade de contingente em determinada região, as regras para a mudança fossem flexibilizadas de forma a atrair trabalhadores de forma mais organizada, sem que houvesse grandes êxodos rurais, bem como o suprimento de alimentação para a população.

Todavia, desde meados dos anos 1980, tem-se havido maior flexibilidade nas regras gerais do *hukou*, principalmente para suprir a necessidade de mão de obra nas regiões industriais, notadamente a costa sudeste⁶⁰. Tal flexibilização se iniciou com a adoção de um ‘*self-supplied food grain*’ *hukou* e permissão de migração temporária em 1984, seguida da possibilidade de venda do *hukou* pelos governos locais nos anos 1990 e de uma reforma no sistema para pequenas cidades e vilas⁶¹. Apesar de, formalmente, o *hukou* ainda existir, as repressões policiais para aqueles que migram perderam seu status legal em 2003⁶², mas ainda há o tratamento diferenciado para aqueles que não têm o registro oficial, fazendo-os serem considerados como cidadãos de segunda classe, não possuindo acesso aos serviços prestados pelo Estado⁶³, o que cumpre um papel de desestímulo do movimento migratório, em conjunto da ameaça de perda do direito de uso da terra no local de origem do registro desse possível migrante rural.

O papel do *hukou*, portanto, é fundamental para o entendimento dos diversos processos de migração ao longo da segunda metade do século XX. Terra (2016) destaca quatro fases da urbanização chinesa e também mostra que tal processo não se diferencia radicalmente de outros

⁵⁹ CHAN, 2010, p. 358.

⁶⁰ Shenzhen é um caso que representa bem esse movimento. A cidade, criada em 1979 e transformada em ZEE em 1980, obteve um crescimento populacional vertiginoso, passando dos poucos milhares de habitantes nos anos 1980 para mais de 13 milhões atualmente (SHENZHEN GOVERNMENT ONLINE, 2019).

⁶¹ FAN, 2008, p. 66 e 67.

⁶² CHAN e BUCKINGHAM, 2008, p.599.

⁶³ “They are not eligible for regular urban welfare benefits (access to local schools, urban pension plans, public housing, etc.) and other rights that are available to those with urban hukou. Rather, rural migrant workers are treated legally as part of the rural hukou population, even though they may have worked and lived in an urban area for many years” CHAN, 2010, p. 359.

países no que se refere ao número de anos necessários para que a população passasse a ser predominantemente urbana. Segundo ele, o período para que a população urbana chinesa passasse de 35% para 70% da população total foi de 31 anos, enquanto Japão, Brasil e Malásia levaram 30, 36 e 37 anos respectivamente⁶⁴. As quatro fases que o autor cita são: i) a realocação de pessoas para garantir certa autossuficiência em caso de ataques externos⁶⁵ operado em conjunto ao esforço de industrialização do Grande Salto Adiante, em que a urbanização passou de 10,6% para 19,7% entre 1949 e 1960⁶⁷; ii) O período que sucede o fracasso do Salto Adiante, em que há uma estabilização no processo de urbanização⁶⁸ devido à maior restrição de locomoção interna no país ao mesmo tempo em que havia a transferência de jovens para o campo, política derivada da Revolução Cultural⁶⁹; iii) o período das reformas que ocorrem após a morte de Mao e que fazem as TVEs despontarem como força motriz do crescimento econômico, permitindo que camponeses pudessem se separar do campo, mas não da vila de origem em si, e que faz com que a urbanização passasse de 19,7% em 1978 para 29% em 1995; e, por fim, iv) o movimento mais recente, após 1996, coincidente à reestruturação da propriedade industrial, tema da próxima seção, que elevou a necessidade de mão de obra para suprir a demanda desse fator pelas empresas privadas e estrangeiras.

É interessante notar que o processo de urbanização chinês não precede sua industrialização⁷⁰, sendo que a população urbana só ultrapassou a rural em meados dos anos 2000, conforme o gráfico 2.1. Neste mesmo gráfico, é possível observar o crescimento da população migrante sem *hukou* urbano que vive nas cidades, sendo que “em 2014, apenas 36% da população possuía o *hukou* com status urbano (...) [enquanto] a estatística de urbanização afirma que 55% vivem nas cidades, existindo, portanto, 244,8 milhões de chineses vivendo de forma irregular no país”⁷¹

⁶⁴ TERRA, 2016, p. 18 e 19.

⁶⁵ FAN, 1999, p. 956.

⁶⁶ “Nós sustentamos que devemos apoiar-nos nas nossas próprias forças. Nós esperamos obter ajuda exterior, mas não devemos depender dela. Nós contamos com os nossos esforços, com a força criadora de todo nosso exército e de todo nosso povo.” O Livro Vermelho, Cap. XXI.

⁶⁷ TERRA, 2016, p. 20.

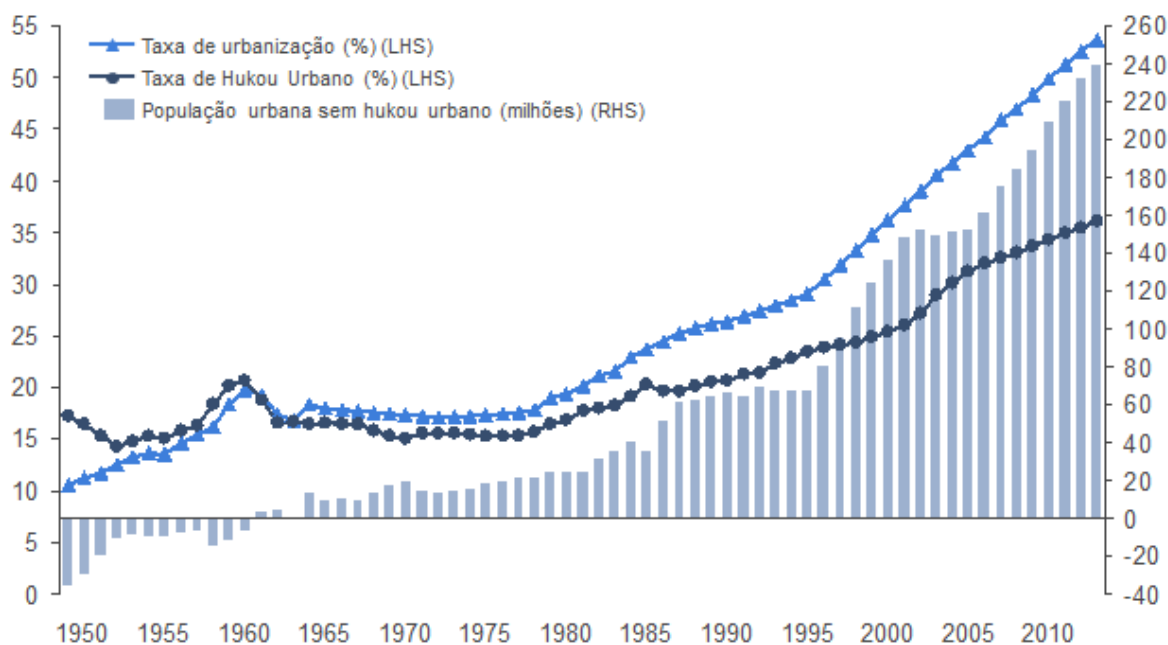
⁶⁸ Ibid., p. 22.

⁶⁹ Ibid., p. 22.

⁷⁰ Diferentemente do que aconteceu, por exemplo, na industrialização inglesa, em que houve inicialmente um processo de urbanização latente. Para mais, ver HOBBSBARN (1978).

⁷¹ Ibid., p. 27.

Gráfico 2.1 – Urbanização e *hukou*



Extraído de Terra (2016)

Essa urbanização ocorreu principalmente no leste do país, especificamente em sua região costeira. Em 2005, 50% da região leste era urbanizada, enquanto apenas 35% da região centro-oeste o era. Já em 2013, esse número saltou para 60% e 47%, respectivamente. O principal motivo para isso foi o estabelecimento da maior parte das indústrias na região, gerando melhores oportunidades aos chineses, que se sentiram estimulados a se estabelecer nessa região e também devido ao estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) na costa.⁷²

Para o escopo deste trabalho, o período que mais interessa é esse último, pois é possível fazer um paralelo direto com o que foi analisado no capítulo I.2.3. Os trabalhadores migrantes, já desdenhados pelo Estado, são também submetidos a condições degradantes de trabalho, sendo considerados, de fato, cidadãos de segunda classe, o que os leva a se mobilizarem em prol do reconhecimento de direitos mínimos e cumprimento de contratos, ou seja, protestarem contra a discriminação⁷³.

⁷² Ibid., p. 25.

⁷³ *Protests against discrimination* na tipologia de LEE, 2007.

II.2 – As privatizações e a liberalização das relações trabalhistas

No estudo da economia política recente, os anos 1980 são frequentemente usados como ponto de inflexão na estrutura do conflito distributivo no mundo. Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, mudaram o pêndulo político de seus respectivos países para regimes mais abertos ao mercado, iniciando, assim, uma era de neoliberalismos. A China, apesar de comunista, também passou por diversas mudanças nesse mesmo período, com a subida de Deng Xiaoping ao poder. No entanto, foram os anos 1990 especialmente importantes na reestruturação e concentração da malha produtiva do país⁷⁴. Essa transformação no regime de acumulação chinês levou os acadêmicos a cunhar e classificar o regime como de “socialismo com características chinesas”⁷⁵.

O objetivo desta seção é mostrar como a rápida transição para uma economia (com características) de mercado prejudicou os trabalhadores chineses, seja na perda dos direitos conquistados através do *danwei* e da seguridade oferecida pelas empresas estatais, como abordado no primeiro capítulo, seja através da inserção de novos trabalhadores em condições de extrema vulnerabilidade, com nenhuma ou poucas garantias sociais, nas novas empresas privadas. Ressalte-se que a crítica aqui se resume à perda de direitos outrora concedidos ou que, por ventura, deveriam sê-los, não se levando em conta a importância do aumento da renda, do emprego e da produtividade na retirada de milhões de pessoas da pobreza. Ou seja, a proposta é fomentar um debate sobre se as medidas tomadas pelo PCCh não poderiam ser diferentes, beneficiando mais os trabalhadores e atacando a desigualdade gerada como excipiente da economia capitalista.

Inicialmente, deve-se destacar as reformas empresariais dos anos 1980, que permitiram aos gerentes das SOEs, especialmente as localizadas no *rustbelt*, tomar decisões que achassem adequadas para aumento de eficiência, produtividade e lucro (e retenção desses) das empresas⁷⁶, ou seja, houve um movimento de descentralização sobre o comando dessas fábricas. Todavia, é necessário enfatizar que muitas dessas empresas não conseguiram se adequar e faliram⁷⁷, deixando seus trabalhadores em uma posição vulnerável, uma vez que seriam elas as responsáveis pelo fornecimento de alguma seguridade social para esses. Logo, a incapacidade

⁷⁴ Com isso, não se quer fazer um julgamento de valor sobre a China ter mudado seu sistema para capitalista, mas somente que, após uma década de mudanças profundas nos países centrais, países periféricos, como a China de então, também adentraram num período de mudanças.

⁷⁵ "[T]he problem of China is its excessive population.... [O]nly a socialist system can solve this problem... The socialism we are talking about is one with Chinese characteristics." China Can Only Go the Socialist Road, People's Daily (Overseas ed.), June 24, 1989, at 1.

⁷⁶ SCHUELLER, 1997, p. 103.

⁷⁷ Uma primeira Lei das Falências foi introduzida no sistema legal chinês em 1986, justamente em um período de aumento das quebras das empresas estatais.

da manutenção dos pagamentos de salários e aposentadorias, bem como de fornecimento de serviços de moradia, levaram os trabalhadores a uma situação de desamparo, o que os empurraria, já no começo dos anos 1990, a movimentações e atos de protesto⁷⁸.

A reforma empresarial das SOEs foi sucedida pela expansão das Township and Villages Enterprises (TVEs), muito devido às condições políticas de relaxamento do controle estatal, da necessidade de aumento de postos de trabalho e também do aumento no excedente econômico produzido pelas regiões rurais⁷⁹. As TVEs eram empresas de propriedade coletivas, mas fortemente orientadas pela lógica de mercado, gozando de maior liberdade nas decisões de produção e alocação de recursos⁸⁰, o que possibilitou um rápido crescimento⁸¹⁸². Note-se que essas TVEs são também responsáveis pela emergência de uma classe mais abastada, composta pelos gestores, administradores e pelas elites políticas locais que, como se verá adiante, será fator importante para a mudança ocorrida na década de 1990.

Ambas as experiências citadas acima definiram o que pode ser lido como parte dos primeiros passos em direção à grande reestruturação produtiva que se daria na década seguinte. Não houve, nessa primeira fase, mudança de propriedade das empresas estatais ou das TVEs, mas se iniciou um processo de aumento da importância das empresas de propriedade privada, bem como a apropriação das próprias TVEs por aquela burguesia que as comandava de fato e que estava intimamente ligada aos comitês locais do PCCh, como Chavance explicita:

Ownership change was dual-track in a sequential sense. In the first period dominated the extension of “non-state” sectors (TVEs, small private sector, joint-ventures with foreign firms). The state sector was not considered for significant formal ownership changes – even though partial redistribution of de facto property rights in the state sector took place with the various contractual management reforms, dual-track changes in prices and production, and incremental phasing out of compulsory planned objectives. But ownership transformation was principally sequential.⁸³

Assim, foi a cooptação dessas empresas pelos quadros do próprio Partido nos comitês locais, ou por aqueles com quem mantinha boas relações, e que são agora parte de uma burguesia emergente, que pressionou o PCCh a dar uma guinada na sua política na década de

⁷⁸ Ibid., passim 103-107.

⁷⁹ CAO, 2000, p. 30.

⁸⁰ “TVEs exhibit a number of distinctive characteristics: they are publicly-owned but market oriented; they are small in size, enjoy a high degree of autonomy of operations; they are much more outward-oriented than SOEs; they are subject to hard budget constraints” FU e BALASUBRAMANYAM, 2003, p. 2.

⁸¹ “They became an unexpected but decisive agent of systemic change in the decade of mid-1980s to mid-1990s, through very fast growth of production, the promotion of competition with the state sector, also subcontracting with it, and allowing a part of rural labor force to shift to the wage-labor system” CHAVANCE, 2017, p. 4.

⁸² “Between 1981 and 1990, for example, TVE output grew at an average rate of twenty-nine percent per year (...)” CAO, 2000, p. 31.

⁸³ CHAVANCE, 2017, p. 5.

1990⁸⁴, demonstrada no “grande compromisso” que Deng Xiaoping firmou com as forças armadas e com os capitalista do sudeste⁸⁵ durante sua viagem ao sul do país em 1992.

Com o lema de “segurar as grandes, deixar as pequenas irem”, o Partido iniciou, então, um processo de reorganização produtiva, entregando parte das pequenas e médias empresas estatais para mãos privadas, enquanto também abria participação para capital privado nas grandes empresas pilares⁸⁶, ao mesmo tempo que também se abria às empresas estrangeiras. Esse processo, contudo, não foi uniforme nem planejado de forma consistente, mas foi, senão, uma política ampla de interesse do Partido⁸⁷ em modificar a estrutura da produção de forma a concentrar capital sem oferecer de fato regras para que isso ocorresse⁸⁸. E é nessa falta de uma legislação competente que se deu as maiores problemáticas do tema, em que, muitas vezes, o processo de privatização não passou, na verdade, de uma mera transferência de propriedade para aqueles cuja ligação com os comitês locais fossem fortes, “sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais”⁸⁹. Dessa forma, a precificação dos ativos seguiu métodos espúrios, pois eram os próprios compradores que os precificavam, usando inclusive de “perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio”⁹⁰, no que ficou conhecido como “privatização para os de dentro”.

Os dados apontam que as empresas estatais tiveram uma diminuição drástica em números absolutos, caindo de 118 mil em 1995 para 34 mil em 2003, com uma redução de 44 milhões de empregos no setor público⁹¹. Do mesmo modo, a proporção da produção industrial por empresas de propriedade estatal caiu de 90,2% em 1990 para 27,5% em 2011, enquanto essa proporção por empresas privadas domésticas tiveram uma subida de 5,4% para 29,9% no mesmo período⁹². O gráfico 2.2 abaixo mostra o aumento do investimento em ativos fixos no período 1995-2003 por parte das empresas não-estatais, particularmente aquelas de capital

⁸⁴ “Em 1989, o Partido havia sido diretamente confrontado pela burguesia emergente (...) que tinham se beneficiado da descentralização dos anos 1980 (...) [e que estavam] pressionando por privatizações e reformas mais radicais” NOGUEIRA, 2018, p. 10 apud WANG, 2009, p. 31.

⁸⁵ Ibid., apud Vogel, 2012.

⁸⁶ CHEN, 2006, p. 45.

⁸⁷ “‘Retain the large and let the small go’ was launched by the government in 1995, and the Party congress of 1997 gave the authorization for local governments to privatize on a wide-scale” CEVANCHE, 2017, p.8.

⁸⁸ “The government has never made it an official national policy and no national legislation exists to dictate the process. There are only a few government guidelines, which are far from clear and whose enforcement is highly problematic” CHEN, 2006, p. 45.

⁸⁹ NOGUEIRA, 2018, p. 8.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ CEVANCHE, 2017, p. 10.

⁹² NOGUEIRA, 2018, p.8.

misto ou com participação estrangeira, confirmando a reorganização da política industrial do país.

Tabela 2.1: Investimento em ativos fixos por tipo de propriedade

Investimento	Total	Empresas estatais	Empresas coletivas	Empresas individuais	Outros Tipos de propriedade
1995	100	54,4	16,4	12,8	16,4
1996	100	52,3	15,9	14,0	17,8
1997	100	52,4	15,4	13,7	18,5
1998	100	54,1	14,8	13,1	18,0
1999	100	53,4	14,5	14,0	18,1
2000	100	50,1	14,5	14,3	21,1
2001	100	47,3	14,2	14,5	24,0
2002	100	43,3	14,0	14,5	28,2
2003	100	38,9	14,4	14,0	32,7
Taxa de	Crescimento				
1995	17,5	13,3	19,2	29,9	21,3
1996	14,8	10,6	11,3	25,4	23,7
1997	8,8	9,0	5,5	6,8	13,0
1998	13,9	17,4	8,9	9,2	11,6
1999	5,1	3,8	3,5	12,1	5,3
2000	10,3	3,5	10,7	12,2	28,5
2001	13,0	6,7	9,9	15,3	28,9
2002	16,9	7,2	13,4	20,1	36,2
2003	27,7	14,7	33,8	18,4	50,0

Fonte: China Statistical Yearbook, 2004. Outros tipos de propriedade incluem joint ventures, empresas com investimento estrangeiro e empresas com investimentos de Hong-Kong, Macau e Taiwan.

Extraído de Medeiros (2006)

O interessante, do ponto de vista do projeto de desenvolvimento chinês, é que nessa onda de privatizações, aquelas empresas consideradas essenciais foram preservadas⁹³, de forma que o Partido pudesse controlar “os nós da acumulação”, se concentrando “nas indústrias pilares para uma estratégia de crescimento puxada pelos investimentos, sobretudo em setores de energia, petroquímica, siderurgia, telecomunicações e bancário”⁹⁴, mantendo o Estado como

⁹³ “(...) the new policy meant focusing on centrally controlled SOEs, downsizing and concentrating state capital in larger business groups better equipped to face competition, or national champions, in basic or ‘vital’ industries” CEVANCHE, 2017, p.11.

⁹⁴ NOGUEIRA, 2018, p. 10.

ator importante ao fazer políticas anticíclicas, mas também no ímpeto de diversificar suas exportações e modernizar sua infraestrutura doméstica⁹⁵.

Voltando às tipologias desenvolvidas no primeiro capítulo, o que se pode identificar é que essa reestruturação afetou principalmente os trabalhadores do *rustbelt*, aqueles que possuíam garantias sociais atreladas ao seu posto de trabalho em empresas estatais. Logo, foram esses trabalhadores que engendraram manifestações de descontentamento nos anos 1990, sendo essa forma de agitação tipificada por Lee como “protestos de desespero” e por Silver como agitações do tipo marxiano.

II.3 – A questão da terra

O uso da terra é fundamental para o desenvolvimento de uma nação e, com essa concepção, desde os primeiros anos da Revolução de 1949, o PCCh coordenou estritamente sua utilização, extinguindo a propriedade privada no país e tornando a terra um bem comum e de propriedade popular⁹⁶.

A abertura do país e seu grande crescimento econômico nas últimas três décadas, no entanto, tensionaram o governo a modificar as políticas sobre o uso da terra, abrindo caminho para expropriações em regiões rurais com intuito de aproveitamento desses espaços para outros fins que não os propriamente camponeses. Tais expropriações são objeto de indignação da população rural e servem como combustível para os chamados *incidentes de massa*⁹⁷, ou seja, conflitos motivados justamente pela perda do direito de uso da terra por essas pessoas. O escopo deste trabalho não compreende essas movimentações no campo, mas a análise da questão da terra e suas consequências se faz fundamental no sentido de que esse é mais um fator que empurra os ex-trabalhadores rurais para as cidades, onde se submetem às condições precárias das novas relações trabalhistas.

A China pratica a propriedade pública e socialista da terra⁹⁸, em que as terras rurais são coletivizadas e administradas pelos governos locais e as terras urbanas são estatais e geridas

⁹⁵ MEDEIROS, 2006, p. 388.

⁹⁶ ZHAO, 2009, p. 97.

⁹⁷ Conforme ZHAO (2009) mostra, uma parte significativa dos *incidentes de massa* no campo tem origem na expropriação da terra. A título de ilustração, somente nos primeiros nove meses de 2006, cerca de 80% dos 17.900 incidentes ocorridos no campo eram relacionadas às apropriações ilegais de terra. Há também um crescente descontentamento relacionado às expropriações levadas à cabo pelo próprio Estado.

⁹⁸ Artigo 2º da Lei de Administração da Terra (LAT).

pelo próprio Partido-Estado⁹⁹¹⁰⁰¹⁰¹. O caráter coletivo das terras rurais é posto em prática com a cessão de lotes para as famílias – num sistema de responsabilidade familiar –, que adquirem, assim, apenas o direito de uso¹⁰², esquema bem-sucedido que ampliou a produção agrícola significativamente após os anos de esforço do Grande Salto Adiante¹⁰³. No entanto, ainda hoje, há uma grande insegurança jurídica por parte dos camponeses, que têm perdido sucessivamente sua única forma de subsistência e seguridade social, que seja a “propriedade” da terra. Mesmo após diversas reformas no sistema de propriedade da terra¹⁰⁴ – que elevaram para 30 anos o tempo de cessão do direito de uso da terra¹⁰⁵, por exemplo –, o que se viu na China a partir dos anos 2000 foi uma “‘epidemia’ de expropriações”¹⁰⁶.

A confluência de alguns fatores foram fundamentais para que tal epidemia ocorresse. De imediato, é importante frisar o papel do grande crescimento econômico chinês nas últimas décadas, que exigiu áreas cada vez maiores de forma a manter seu ritmo, destinando-as à infraestrutura, ao avanço da industrialização ou ainda para o suprimento do acelerado processo de urbanização¹⁰⁷, o que desembocou na grande expansão do mercado imobiliário. Além disso, há uma associação entre essa venda de terras e a questão fiscal dos governos locais, uma vez que as municipalidades perderam grande parte das suas tributações em uma reforma centralizadora ocorrida em 1994, que não deslocou concomitantemente suas despesas, causando, assim, um descompasso fiscal¹⁰⁸. Há um terceiro fator que corresponde à competição entre as regiões para atrair investimentos, fazendo com que os governos locais “vendam” as terras por valores muito abaixo do que seria esperado¹⁰⁹. Por fim, um último fator é a corrupção que aflige quadros dos governos locais, no sentido de que há governantes que acabam por lucrar com a expropriação das terras (seja via recebimento de propina, seja por destinar a terra a familiares ou amigos), já que os procedimentos legais, também dispostos na Lei de administração da terra (LAT), não são cumpridos¹¹⁰. Não obstante, as reclamações dos

⁹⁹ “According to Chinese law, urban land belongs to the state; the State Council, by means of suborgans, exercises this right. In contrast, rural and sub-urban land, including arable land, forest, grassland, and construction land, should—unless prescribed otherwise by law—be collectively owned by farmers and be collectively administered on behalf of farmers at two levels—the administrative village and the village group” ZHAO (2009), p. 98.

¹⁰⁰ O capítulo segundo da LAT dispõe sobre esse assunto.

¹⁰¹ Uma discussão mais ampla sobre a propriedade da terra na China pode ser encontrada em Ho (2001).

¹⁰² ZHANG (2009), p. 98

¹⁰³ ZHU e PROSTERMAN (2007), p. 3 e 4.

¹⁰⁴ Para mais, ZHU e PROSTERMAN (2007).

¹⁰⁵ Artigo 14 da LAT.

¹⁰⁶ NOGUEIRA, 2018, p. 11.

¹⁰⁷ “In the past two decades rapid industrialization and urbanization in China has caused an increasing demand to convert rural land for industrial, housing, infrastructural or other urban use” Bo Zhao, 2007, p. 98.

¹⁰⁸ “Following the 1994 fiscal reform, the central government took away most of the revenues of local governments but did not diminish their financial responsibilities” Ibid., p. 100

¹⁰⁹ Ibid., p. 100.

¹¹⁰ Ibidem.

camponeses tendem a não serem ouvidas, sendo que apenas 1% delas acabam por chegar às cortes judiciais¹¹¹¹¹². A estrutura política rígida, com pressões sobre a mídia e sobre aqueles que ousam protestar dificulta ainda mais a circulação de informações.

Ainda que, legalmente, o processo de transferência tenha de seguir padrões rígidos, tanto de finalidade quanto de compensações, a realidade se mostra diferente. Zhu e Prosterman (2007) argumentam que a validade da lei é ainda fraca e as políticas governamentais são largamente embasadas no interesse momentâneo, não necessariamente seguindo a lei¹¹³

A LAT¹¹⁴ permite que a terra rural tenha seu uso alterado sob determinadas condições, sejam elas, “uso para bens públicos (transportes, projetos de irrigação e energia, saúde e educação), uso industrial e desenvolvimento de negócios (incluindo construções comerciais e imobiliárias)”¹¹⁵. Segue-se também um regime de compensações baseadas na produção média anual para que a família não consiga, minimamente, se reestabelecer após a expropriação¹¹⁶. A realidade, no entanto, se mostra muito mais dura com os camponeses. As expropriações não seguem os processos determinados pela LAT, que exigem aprovação acompanhamento e aprovação pelos governos locais, às vezes necessitando inclusive da aprovação do Conselho de Estado Chinês¹¹⁷, não são divulgadas publicamente, sendo negociadas diretamente entre empreendedores e os governos¹¹⁸, e as compensações devidas não chegam de fato às mãos dos camponeses, cujas necessidades são imediatas após expropriação da terra, sendo que “estima-

¹¹¹ Ibid., p. 101.

¹¹² ZHU e PROSTERMAN (2007, p. 6) argumentam que, em 2005, cerca de 30% dos camponeses afetados sequer foram notificados sobre a expropriação antes de perderem a terra.

¹¹³ “(...) the rule of law is not firmly established in China, and the government relies heavily on policy or administrative initiatives to push its agenda, in addition to or in lieu of formal legal measures” Ibid., p. 5.

¹¹⁴ O quinto capítulo discorre longamente sobre a conversão das terras para fins de construção. Mais especificamente, o artigo 58 explicita quais as circunstâncias em que a terra pode ser “arrendada”.

¹¹⁵ NOGUEIRA, 2018, p. 11.

¹¹⁶ Artigo 47 da LAT: “In requisitioning land, compensation should be made according to the original purposes of the land requisitioned. Compensation fees for land requisitioned include land compensation fees, resettlement fees and compensation for attachments to or green crops on the land. The land compensation fees shall be 6-10 times the average output value of the three years preceding the requisition of the cultivated land. The resettlement fee shall be calculated according to the number of agricultural population to be resettled (...). The resettlement fees for each agricultural person to be resettled shall be 4-6 times the average annual output value of the three years preceding the requisition of the cultivated land. But the maximum resettlement fee per hectare of land requisitioned shall not exceed 15 times of the average annual output value of the three years prior to the requisition. (...) the resettlement fees may be increased with the approval of the people's governments of provinces, autonomous regions and municipalities. But the combined total of land compensation fees and resettlement fees shall not exceed 30 times the average output value of the three years prior to the requisition. In special circumstances, the State Council may raise the standards for land compensation and resettlement fees for land requisitioned according to the social and economic development level.”

¹¹⁷ Artigos 44 e 45 da LAT.

¹¹⁸ “Em 2003, dos 200 mil hectares rurais convertidos em urbanos, apenas 30% foram feitos por meio de licitações públicas, contra 70% negociados individualmente entre os governos locais e os empreendedores” NOGUEIRA, 2018, p. 12.

se que um total de 70 milhões de agricultores tenham perdido suas terras até 2006 e receberam indenizações ‘grosseiramente inadequadas’”¹¹⁹.

Tendo conhecimento do que foi abordado nessa seção, é plausível supor que a questão da terra está intrinsecamente ligada às manifestações nas cidades, ainda que de forma indireta. Os camponeses expropriados aumentam o fluxo de migrantes que vão em direção aos centros urbanos, formando um exército industrial de reserva, para serem tratados como cidadãos de segunda classe, sendo, assim, possíveis aderentes aos *protestos contra discriminação*.

Conclusões parciais

Este capítulo teve a intenção de inserir o leitor nas transformações chinesas das últimas décadas que foram, se não gatilho, mecanismos de aprofundamento do conflito distributivo. Assim, com o entendimento sobre esses três fatores, podemos analisar como tais mudanças impactaram nas subsequentes agitações trabalhistas.

Dessa forma, depreendemos que a urbanização tem relação direta com os conflitos nas grandes cidades da costa sudeste chinesa, uma vez levou uma grande massa populacional às cidades em procura de empregos, encontrando-os nas novas empresas privadas, sob péssimas condições. A reestruturação produtiva ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, por outro lado, influenciaram as agitações por parte dos ex-trabalhadores e aposentados, especialmente das antigas regiões industriais (notadamente o nordeste do país) que passaram a não contar mais com uma seguridade social fornecida pelas antigas empresas estatais e se viram obrigados a se movimentarem de forma a garantir sua subsistência. Por fim, a questão da terra se desdobra em dois tipos de agitação, uma primeira ocorrida no próprio campo com objetivo de frear as expropriações, cujas quais não estão incluídas no escopo deste trabalho, e uma segunda que é de fazer com que os ex-camponeses avolumem o fluxo de migração transitória do país, também se submetendo aos empregos nas novas regiões industriais do sudeste chinês.

Destarte, esse capítulo se conectou ao primeiro para dar um panorama geral das agitações o país, embasando, assim, a análise dos números que faremos no próximo capítulo.

¹¹⁹ Ibid., p. 11.

CAPÍTULO III – AGITAÇÕES TRABALHISTAS EM NÚMEROS

A pretensão deste capítulo é mostrar ao leitor a situação trabalhista em números na China contemporânea, de forma que o entendimento mais geral do capitalismo seja esclarecido em uma de suas formas mais pulsantes, o conflito distributivo.

Ressalte-se que os dados que foram coletados variam de fontes e, portanto, não há utilização de uma única metodologia, e essa é a razão para haver tão grande discrepância entre os anos analisados; assim, é importante se atentar às diferentes técnicas usadas na coleta dos dados e suas fontes para não haver confusão. Destarte, o estudo desta amostra, ainda que pequena, se faz necessária para que se tenha compreensão da realidade contraditória em que a China está inserida.

De início, há uma abordagem jurídica do tema, onde se comenta a estrutura sindical e o ordenamento jurídico sobre o direito à greve. Em seguida, passar-se-á para os estudos dos dados coletados; neste aspecto, decidiu-se subdividir as séries em três grandes períodos, a saber, as décadas de 1990, 2000 e 2010. Mais uma vez, é importante considerar o recorte com que trabalharemos e que é muito bem especificado. Ainda, é importante esclarecer que usaremos somente conflitos que tenham vínculo direto com o trabalho urbano na China, não adentrando no mérito os conflitos rurais ou das tantas diversas manifestações políticas que ocorrem no país e que a proposta desta pesquisa foi de observar os dissídios coletivos que tentaram barganhar poder com o capital, então não há inclusão de dissídios individuais que são levados à justiça. Nesse sentido, a seção 3.1 já lançou alguma luz.

Para cada uma das décadas foi utilizada uma metodologia diferente na coleta de dados, em razão, principalmente, da falta de informações mais acuradas e contínuas. Assim, quanto mais longe no tempo, menos informações se conseguiu obter. Mesmo que tenha havido esses empecilhos, o objetivo de jogar luz em um assunto ainda não muito sabido foi, ainda que parcialmente, cumprido.

III.1 – A sindicalização e as ações coletivas na China

Uma das primeiras ideias que vem à mente ao se pensar sobre greves e agitações trabalhistas normalmente é a questão do sindicalismo e dos movimentos organizados pelos sindicatos. Como o escopo desse trabalho compreende exatamente as movimentações dos trabalhadores, é essencial que também se entenda como o ordenamento jurídico chinês lida com tal questão, além de se verificar como a legislação chinesa trata a possibilidade da ocorrência de ações coletivas (usualmente, greves) no país.

No Brasil, há um forte imaginário atrelando sindicatos e centrais sindicais às manifestações, uma vez que as grandes movimentações ocorridas no país foram orquestradas por essas instituições. No entanto, diferentemente do que ocorre aqui, a China possui uma característica peculiar, tendo um único sindicato, o All-China Federation of Trade Unions (ACFTU), que funciona como uma central ou federação sindical, a qual todas as organizações dos trabalhadores de níveis inferiores devem se filiar obrigatoriamente¹²⁰. No entanto, o que torna essa estrutura um tanto quanto controversa é a submissão do ACFTU ao Partido, de forma que sua função parece ser a de manter a coesão social, primaz para que o PCCh continue com seu monopólio político. O excerto abaixo, retirado de um trabalho que objetiva desvendar as características do ordenamento jurídico em relação aos conflitos do trabalho na China, traduz bem o significado disso.

O sindicalismo chinês, mesmo com todas as transformações econômicas, se desenvolveu de modo fortemente dirigido pelo Partido-Estado e associado aos seus interesses, permanecendo largamente como no período maoísta, com a federação sindical nacional e filiais sindicais de nível superior atuando como um braço do Partido e dos governos no mercado de trabalho, exercendo majoritariamente funções próprias de departamentos governamentais, e com os sindicatos de base fortemente atrelados à gestão empresarial¹²¹.

Ou seja, não há de fato uma representatividade dos trabalhadores perante os empregadores ou mesmo o Estado, deixando-os, assim, sem mediadores para a solução de suas divergências e anseios. Uma vez que as organizações trabalhistas oficiais estão submetidas a um órgão não-autônomo, as soluções raramente são favoráveis aos trabalhadores, o que torna esse esquema um dos motivos para o aparecimento de agitações nas fábricas, já que as organizações que existem não foram construídas pelos seus membros nem tem o objetivo de, de fato, garantir a eles alguma estabilidade ou defesa de seus interesses econômicos e sociais¹²².

Passando para o segundo ponto de interesse dessa seção, temos que o direito à greve não é amparado por nenhum aparato normativo no sistema jurídico chinês, apesar de a China assinar e ratificar o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que garante o direito à greve. A resposta para esse aparente conflito é de que os outros aparatos, como o direito à sindicalização, já supririam as possíveis divergências entre empregados e empregadores¹²³.

¹²⁰ SIQUEIRA, 2017, p. 24 e 25.

¹²¹ Ibid., p. 35.

¹²² Ibid., p. 26 e 44.

¹²³ Ibid., p. 66-68.

A despeito do país já ter possuído amparo legal ou infralegal¹²⁴ às greves anteriormente, a Constituição de 1982 retirou de sua redação esse direito, num movimento de tentativa de arrefecimento das possíveis forças contrárias à ordem estabelecida.

Assim, as greves e outros tipos de agitações que ocorrem no país não são caracterizadas como legais, ainda que também não haja proibição, e ocorrem à margem de qualquer instituição, não contando, por exemplo, com apoio do ACFTU¹²⁵.

Logo, essas características definem, em parte, o aparecimento, a condução e o resultado das frequentes disputas distributivas no país. É, portanto, necessário que se tenha em mente que parte das movimentações que se estudará adiante são encaradas como ilegais e podem – e efetivamente foram, em alguns casos – rechaçadas mediante uso de força.

III.2 – As agitações trabalhistas nos anos 1990

Seguindo o que se viu nos primeiros dois capítulos, a literatura fornece bases para entender que os anos 1990 tiveram um perfil determinante de agitação, que seja aquelas ligadas às privatizações das antigas estatais, em que muitos trabalhadores perderam seus empregos¹²⁶ e, conseqüentemente, a seguridade que estava atrelada a ele, *danwei*.

Logo, o que se verá nessa década é o que Lee caracteriza como “protestos de desespero”, ocorridos principalmente no nordeste chinês¹²⁷, visto no capítulo I. 2.2, e que a citação abaixo resume bem:

*Workers in state-owned enterprises (SOEs), who once constituted a major part of the modern Chinese working class, are victims of the market reform that started in 1978. While the country's economy has grown at a rate that has impressed the world, SOE workers have had to face unpaid back wages and pensions, a loss of benefits, and, worse, layoffs without sufficient compensation, all as a result of SOE restructuring*¹²⁸

¹²⁴ Com as “Instruções para Lidar com os Problemas das Greves e das Greves dos Estudantes” de Mao em 1957 ou com a devida legalização na Constituição de 1975.

¹²⁵ Ibid., p. 70.

¹²⁶ “Altogether, the number of workers employed by SOEs and urban collectives went from 143,131,500 in 1993 to 79,947,000 in 2002, an approximately 44% reduction (...)” Elfstrom e Kuruvilla, 2012, p. 7.

¹²⁷ Há ainda outras classificações para a incidência de protestos relacionados às privatizações dos anos 1990. De acordo com Elfstrom e Kuruvilla: “According to Hurst, four regions are significant for SOE (“rustbelt”) workers: the Northeast, where local state capacity is weak (especially fiscally), market opportunities for workers are scarce, and class consciousness is strong; the Central Coast, where state capacity is strong, market opportunities are numerous, and worker views of the Maoist past are negative; North-Central China, where state capacity is relatively weak (but not as bad as the Northeast, given North-Central China's more recent decline), market opportunities are “scarce, but available,” and class identity is fairly strong; and, lastly, the Upper Changjiang, where state capacity is relative weak, market opportunities are relatively scarce, and workers have a fairly weak class consciousness” Ibid., p. 9.

¹²⁸ CHEN, 2006, p. 42.

É necessário ressaltar, contudo, que não há uma base de dados consolidada sobre as manifestações trabalhistas nos anos 1990, infelizmente. Logo, nesta seção, deseja-se apenas dar subsídios para o entendimento das agitações ocorridas nesse período.

Essa forma de agitação se caracterizou por ser celular, não tendo potencial de se espalhar para outras regiões. Assim como se viu no primeiro capítulo, os manifestantes não tinham interesse em coadunar forças, nem entre eles (aposentados e trabalhadores ativos), nem com seus pares em outras fábricas¹²⁹. Essas agitações também tiveram uma outra característica importante de ser frisada, que foi de terem caráter “reativo” ou “defensivo”¹³⁰. Esses pontos são fundamentais para entender o porquê de não ter havido ondas de agitação que se espalhassem por toda a China.

Apesar de não haver estatísticas mais bem elaboradas, Elfstrom e Kuruvilla (2012) reúnem evidências de diferentes estudos mostrando o panorama das agitações trabalhistas durante os anos 1990, 2000 e início de 2010. A tabela abaixo mostra os números para os anos considerados nesta seção jogam luz ao fato de que houve sim um período de intensas lutas nos anos 1990, com uma média de 20 ou 30 ocorrências por ano.

Tabela 3.1 – Agitações trabalhistas em períodos selecionados

	Wedeman	C. Chen
Period Covered	1990-2008	1997-2007
Number of Incidents	345	355
Number of Years	18	10
Number of Months	216	120
Strikes /Month	1.59	2.95
Strikes per year	19.16	29.58

Extraído de Elfstrom e Kuruvilla (2012)

Ademais, não é porque esse foi um período de muitas movimentações engatilhadas pelas privatizações que se deve descartar a possibilidade de agitações feitas por trabalhadores de outras fábricas que não antigas estatais, muito menos da ocorrência nas mais diversas regiões.

¹²⁹ Ver capítulo I.2.1.

¹³⁰ ELFSTROM e KURUVILLA, 2014, p.456.

III.3 – As agitações trabalhistas nos anos 2000

Para esta década, diferentemente do ocorreu na anterior, obteve-se acesso a uma base de dados¹³¹ com melhores informações, permitindo, assim, haver uma análise mais detalhada das agitações. A fonte utilizada foi a base criada por Manfred Elfstrom e disponibilizada em <https://chinastrikes.crowdmap.com>, na qual o pesquisador lançou mão de notícias dos meios de comunicação e de redes sociais para nutrir seu estudo. É verdade, no entanto, que, ainda assim, os números não refletem a realidade por completo, uma vez que há grandes problemas em se encontrar as fontes primárias, quais sejam as notícias, já que a questão das agitações é algo que desagrada aos interesses do PCCh¹³².

No intuito de manter uma conformidade entre os decênios e a fonte da qual se retirou os dados, optou-se por manter os dados até 2012, último ano analisado por Elfstrom, ainda que na próxima seção também haja análises dos anos 2011 e 2012, mas a partir de uma outra fonte. É relevante ainda informar que apesar do nome, essa base comporta não somente greves, mas vários outros tipos de manifestações¹³³.

A primeira informação a ser retirada dos dados é a quantidade, ano a ano, das agitações, conforme se vê no gráfico 3.1. Nota-se uma estabilidade nas ocorrências entre os anos 2003-2006, e a partir de então, subida quase em todos os anos verificados, excetuando-se 2009. Mas é a partir do ano seguinte que as manifestações mais latentes e melhor discutidas na mídia ocidental ocorreram, como os casos de suicídio nas fábricas da Foxconn, as greves nas fábricas da Honda e Toyota e a onda de agitações que se seguiu ao longo de 2010, principalmente nas plantas de empresas estrangeiras¹³⁴. Ao fim da série, pode-se ver que houve um aumento de quase dez vezes nas agitações em relação ao seu início. É útil constatar ainda que esse período apresentou uma mudança na forma como o Partido lidava com as insurgências, passando a praticar discurso e medidas mais conciliatórias.

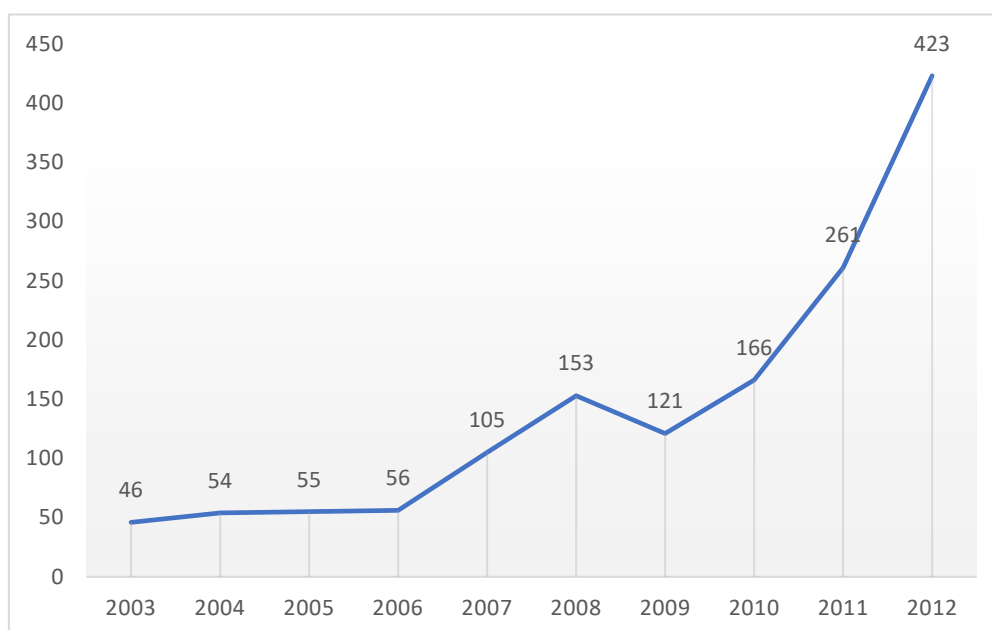
¹³¹ N.A.: Agradeço ao Prof. Manfred Elfstrom, da Universidade do Sul da Califórnia, pela disponibilização da base de dados e pela sua contribuição para a realização deste trabalho.

¹³² “Take note, though, of the limitations of the data: this is by no means a comprehensive list of strikes and protests by Chinese workers. Neither is the more up-to-date China Labour Bulletin map. Estimates of the true number of incidents occurring per year reach into the tens of thousands. ‘Verified’ reports are only verified as having occurred - specific details in the reports, which are drawn from a variety of sources, may be inaccurate” China Strikes. <https://chinastrikes.crowdmap.com/page/index/4>

¹³³ “‘Protests’ (not just strikes) are included because Chinese workers often resort to dramatic street actions—marching, blocking roads, holding banners outside government agencies—instead of or in addition to halting production, in hopes that the state will intervene” ELFSTROM e KURUVILLA, 2014, p. 462.

¹³⁴ REUTERS, 2010.

Gráfico 3.1 – Agitações trabalhistas (2003-2012)



Fonte: China Strikes, elaboração própria.

A seguir, também foi possível extrair o tamanho das agitações, isto é, a quantidade de pessoas, por faixa, que participou das manifestações. Assim, percebe-se a diminuição ao longo dos anos das movimentações que envolviam mais trabalhadores, ou seja, aquelas manifestações que aglutinavam um número maior de pessoas. As que reuniam centenas ou milhares de manifestantes passaram de 58,7% e 26,1% em 2003 para 27,4% e 19,4% em 2012, respectivamente. Uma possível explicação para esse fato é a desmobilização das grandes movimentações insurgidas pelos trabalhadores das empresas estatais, já que o impacto das privatizações ocorridas na década anterior foi se dissipando no tempo.

Contudo, 2010, mais uma vez, foi um ano atípico, pois, como se vê na tabela 3.2, houve uma reversão na tendência de queda das movimentações que incluíam centenas ou milhares de trabalhadores. Como citado acima, este foi o ano em que houve uma série de agitações com visibilidade global e que parece ter criado uma espiral de mobilizações pelo país, que contestava a insalubridade e violação de direitos e contratos por parte das empresas, bem como demandava melhores salários.

Tabela 3.2 – Quantidade percentual de agitações por faixa de participação (2003-2012)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dezenas	10,9%	11,1%	12,7%	21,4%	23,8%	33,3%	34,7%	31,9%	34,9%	30,7%
Centenas	58,7%	50,0%	49,1%	48,2%	44,8%	41,8%	37,2%	41,6%	30,7%	27,4%
Milhares	26,1%	29,6%	38,2%	21,4%	26,7%	21,6%	14,9%	17,5%	21,1%	19,4%
Sem informações	4,3%	9,3%	0,0%	8,9%	4,8%	3,3%	13,2%	9,0%	13,4%	22,5%

Fonte: China Strikes, elaboração própria.

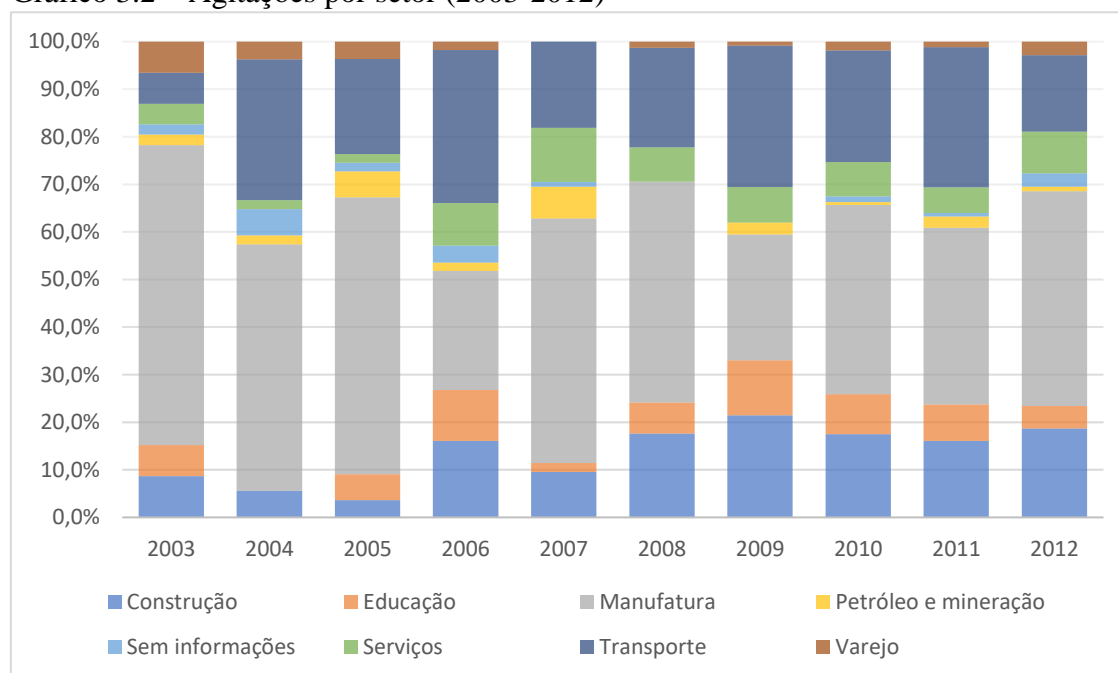
Tabela 3.3 – Quantidade absoluta de agitações por faixa de participação (2003-2012)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dezenas	5	6	7	12	25	51	42	53	91	130
Centenas	27	27	27	27	47	64	45	69	80	116
Milhares	12	16	21	12	28	33	18	29	55	82
Sem informações	2	5	0	5	5	5	16	15	35	95
Total	46	54	55	56	105	153	121	166	261	423

Fonte: China Strikes, elaboração própria.

Seguindo adiante, o gráfico 3.2 aponta uma mudança na proporção das agitações por setor da economia. A manufatura que respondia por 63% dos casos registrados em 2003 passa a responder por 45,2% em 2012, sendo que em 2009 essa participação foi de apenas 26,4%. Os setores que ocuparam essa lacuna foram serviços, transportes e construção. Isto certamente ocorre concomitantemente ao aumento da participação desses setores na produção da economia como um todo.

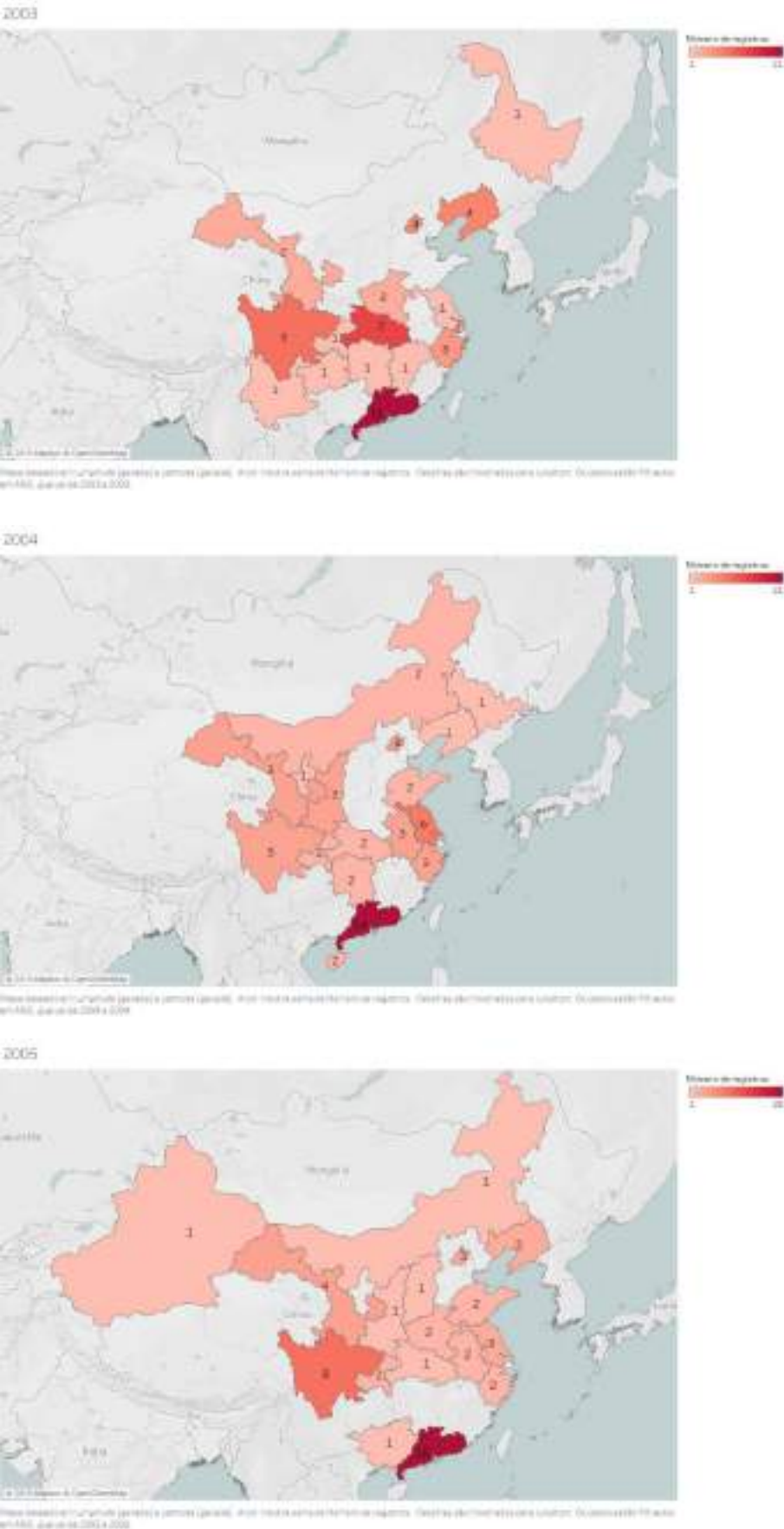
Gráfico 3.2 – Agitações por setor (2003-2012)



Fonte: China Strikes, elaboração própria.

De forma semelhante, uma análise a partir da distribuição geográfica dos conflitos (gráfico 3.3) foi viável. Como seria esperado, nota-se dominância das ocorrências na província de Guangdong, principal polo industrial do país. Mas, como foi falado nos capítulos anteriores, as agitações nos anos 1990 se concentraram em províncias em que o setor estatal era muito presente, notadamente o nordeste do país, logo, se se tivesse uma base de dados bem estruturada e contínua, seria bastante provável que se visse um claro deslocamento das agitações do norte para o sul.

Gráfico 3.3 – Distribuição geográfica dos conflitos (2003-2012)



2006



Fonte: dados do CUNY (China National Urban and Rural Survey) e dados do Ministério da Indústria e Comércio. Dados do Ministério da Indústria e Comércio, janeiro de 2006 a 2008.

2007



Fonte: dados do CUNY (China National Urban and Rural Survey) e dados do Ministério da Indústria e Comércio. Dados do Ministério da Indústria e Comércio, janeiro de 2007 a 2009.

2008



Fonte: dados do CUNY (China National Urban and Rural Survey) e dados do Ministério da Indústria e Comércio. Dados do Ministério da Indústria e Comércio, janeiro de 2008 a 2009.

2009



Map showing the number of registered deaths in 2009 by province. The map uses a color scale from light orange (low) to dark red (high). The highest number of deaths is in Guangdong (22), followed by Hubei (18) and Henan (15). Other provinces with significant numbers include Sichuan (12), Shaanxi (10), and Beijing (10).

2010



Map showing the number of registered deaths in 2010 by province. The map uses a color scale from light orange (low) to dark red (high). The highest number of deaths is in Guangdong (22), followed by Hubei (18) and Henan (15). Other provinces with significant numbers include Sichuan (12), Shaanxi (10), and Beijing (10).

2011



Map showing the number of registered deaths in 2011 by province. The map uses a color scale from light orange (low) to dark red (high). The highest number of deaths is in Guangdong (22), followed by Hubei (18) and Henan (15). Other provinces with significant numbers include Sichuan (12), Shaanxi (10), and Beijing (10).



Fonte: China Strikes, elaboração própria.

Por fim, uma última observação a ser feita é levando em conta a propriedade das fábricas nas quais ocorreram essas agitações. De todas as 1440 agitações observadas ao longo desses 10 anos, 551 ocorreram em empresas privadas domésticas, 372 em empresas de propriedade estatal, 328 em empresas estrangeiras ou *joint-ventures*, e 39 a partir da reivindicação de trabalhadores autônomos, que em percentuais representam 38,3%, 25,8%, 22,8% e 2,7%, respectivamente. Como se verá na próxima seção, esse quadro se acentuará em direção a mais protestos nas empresas privadas, domésticas e estrangeiras, subtraindo espaço das agitações ocorridas nas empresas estatais, seja pelo fato do processo de reestruturação já ter se definido, seja porque aquelas empresas estatais que sobraram tivessem melhores condições de trabalho para seus funcionários.

III.4 – As agitações trabalhistas nos anos 2010

Esta seção usa de uma base de dados atual e bem estruturada, de forma que foi possível fazer análises mais aprofundadas. Criada pelo China Labor Bulletin, uma ONG sediada em Hong Kong e que conta com uma equipe especializada na coleta e estudo das relações trabalhistas.

Diferentemente das metodologias usadas nos subcapítulos anteriores, a usada pela CLB é, de certa forma, mais apurada, e contém informações mais precisas sobre cada um dos eventos. A coleta de dados se dá por meio das mídias sociais, sites de notícias e jornais – oficiais ou não –, e tem uma gama muito maior de todas as agitações relacionadas ao trabalho em território chinês. A defasagem temporal entre o ocorrido e a imputação dele na base é de até seis meses.

Mas, ainda assim, os próprios autores¹³⁵ dizem que os dados não podem ser considerados definitivos e que estimam uma abrangência de apenas 5% a 10% de todos os incidentes ocorridos no país, afinal, há uma grande censura à divulgação desses atos.

Apesar de todas as limitações que o uso de uma série como essa implica, esta é a melhor forma, mesmo entre as anteriores, de se ter um panorama dos acontecimentos.

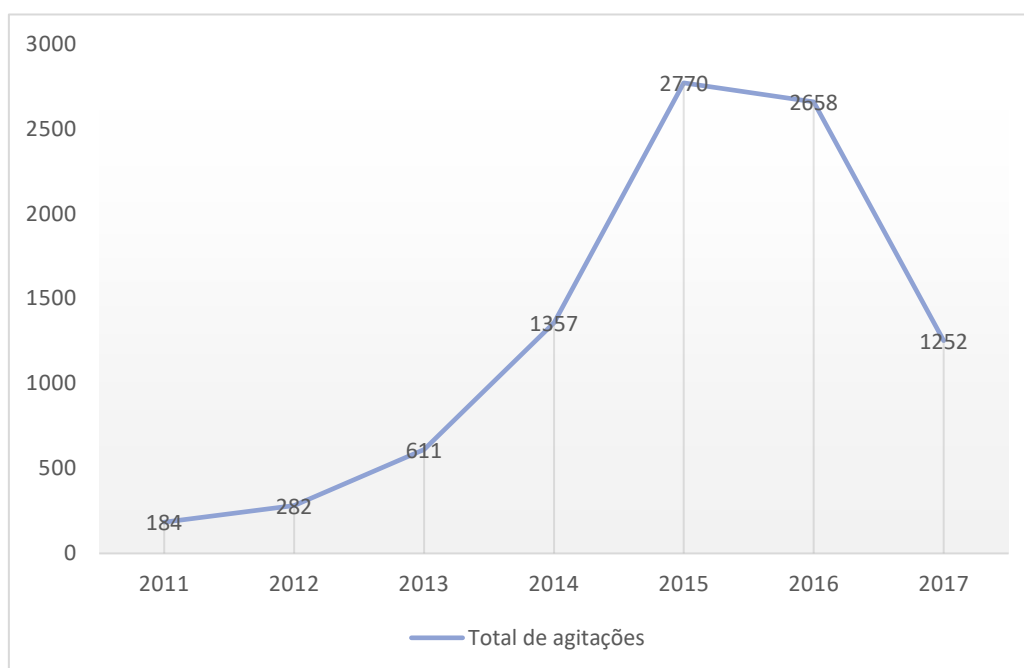
Será tratado de todas as formas de movimentação por motivos laborais, inclusive no setor de serviços, que tem se destacado nos últimos anos. A limpeza dos dados foi feita de maneira mais superficial, de forma a apenas corrigir problemas com tradução e possíveis informações que não estavam postas corretamente ou ainda para melhorar o entendimento.

O número de conflitos encontrados é surpreendente, sendo que a série conta com 184 de registros já em seu primeiro ano de análise, 2011. Frise-se que, com o passar dos anos, os autores melhoraram a forma de coleta e, assim, esses números não refletem totalmente a realidade do ano, mas ajudam a dar uma ideia da movimentação. O gráfico 3.4 mostra uma curva ascendente entre os anos de 2011 e 2015 – com pico de 2770, seguida de queda nos próximos dois anos, com o ano de 2017 sendo bastante atípico na série, tendo um decréscimo significativo. Uma possibilidade para a ocorrência deste declínio foi a maior pressão do governo central em reprimir os atos de rebeldia. O governo de Xi Jinping tem sido muito criticado por suas repressões à sociedade civil¹³⁶ mas ainda tem mantido mãos fortes no controle social.

¹³⁵ “It is important to note that the Strike Map is not a definitive record of all the strikes in China. We can only record those incidents that are in the public domain, usually posted on Chinese social media and occasionally in the official media as well. We estimate that - based on the occasional and partial statistics issued by the national and local governments in China - the Strike Map currently accounts for about five to ten percent of all incidents of worker collective action in China. However, that sampling rate has varied over the years so we would caution against comparing incident totals over an extended period of time” China Labour Bulletin. <http://www.clb.org.hk/content/introduction-china-labour-bulletin%E2%80%99s-strike-map>

¹³⁶ THE NEW YORK TIMES, 2018.

Gráfico 3.4 – Agitações trabalhistas (2011-2018)



Fonte: CLB. Elaboração própria.

A base de dados utilizada para a composição deste gráfico foi de todos os conflitos que tivessem, de alguma forma, correlacionados ao mundo do trabalho, independente de sê-lo na forma mais usual (de greves dos operários chão-de-fábrica) ou mais moderna (por exemplo, a explosão de manifestações de motoristas de aplicativos para transporte individual). A evolução das mais variadas formas de contratos laborais – ou mesmo a ausência desse – dificulta a análise dos estudiosos, já que a limpeza do que foi coletado se torna cada vez mais discricionária.

O próximo passo neste exame foi o de verificar quais as formas de agitação e categorizá-los. Para isso, dividiu-se as movimentações em sete categorias, a saber:

- Greve: a paralisação da produção;
- Greve de transportes: recusa de motoristas a dirigir, podendo ser tanto motoristas de transportes coletivos quanto de transporte individual (aplicativos, em especial, o Didi, muito usado no país);
- Bloqueio de estradas: ocupação de vias de tráfego;
- Sit-in: são ocupações de espaços, sejam os locais de trabalho, as salas administrativas ou de gerência, ou ainda espaços públicos, onde as pessoas geralmente ficam sentadas;
- Protesto ou demonstração: todas as manifestações faladas, escritas ou veiculadas pelos trabalhadores, de forma que tanto as autoridades quanto os gerentes das fábricas saibam da insatisfação deles;

- Petição: envolvimento de uma terceira parte, a entidade estatal, normalmente a prefeitura da cidade onde se localiza a fábrica;
- Outras ações: todas as ações que não se encaixam nas categorias anteriores. São bastante diversas e incluem formas de manifestação bastante mais violentas como ameaças aos patrões e administradores, queima de produtos ou matéria-prima, greve de fome e suicídio, mas também intimidação via ameaça de trabalhadores de se jogarem de pontes, guindastes ou prédios, demissão coletiva, corte de eletricidade, e até formas menos usuais tais quais o uso da dança como forma de protesto.

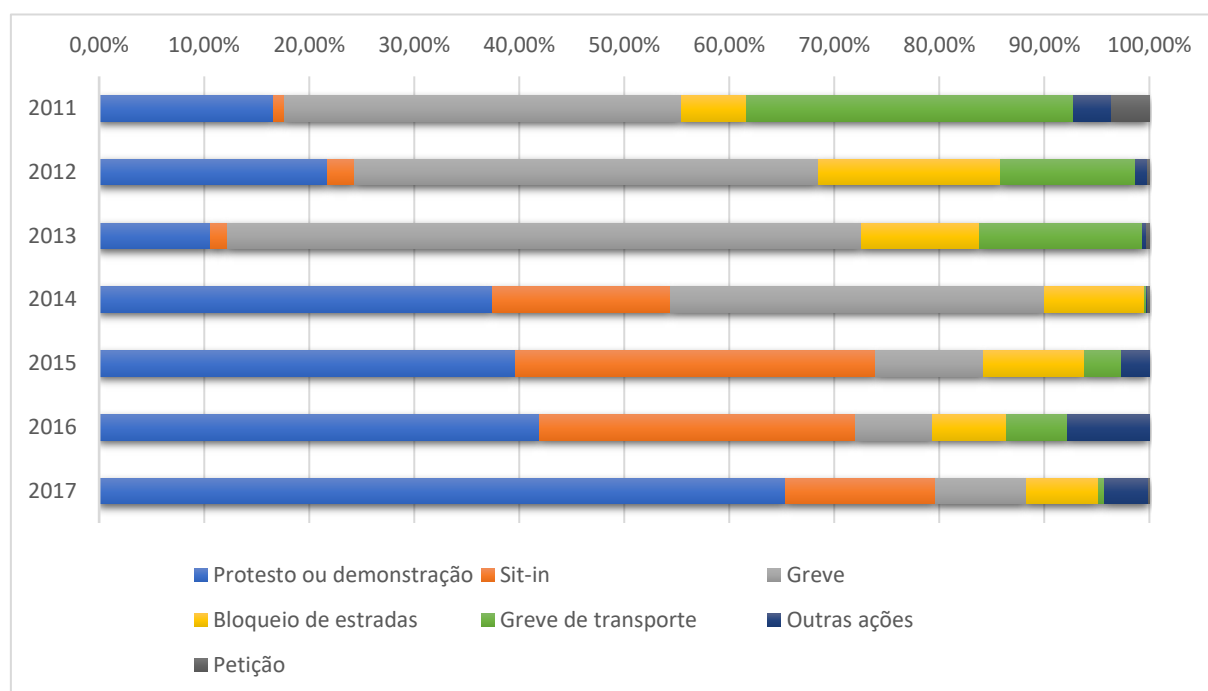
A partir daí, então, houve uma análise mais profunda, passando-se uma lupa em cada período para saber quais os tipos de agitações mais comuns¹³⁷, ou seja, quais os comportamentos mais frequentes dos trabalhadores em suas reivindicações.

O gráfico 3.5 mostra a porcentagem de cada forma agitação, sendo bastante claro o aumento da participação dos protestos ou demonstrações, sobretudo no ano de 2017, quando esse conjunto respondeu por 65% de todas as manifestações. Enquanto isso, as greves, forma típica de confronto, passaram de seu pico em 2013 (60%)¹³⁸ para apenas 8,7% em 2017. Ainda que se some as greves de transportes à categoria greve, ainda se teria um valor bastante pequeno comparado ao início da década, período com explosão de descontentamento, como visto na seção anterior. É interessante observar também o comportamento do *sit-in*, uma forma não muito usual na análise de manifestações e que tem surgido com força nos anos recentes, mas que atingiu o patamar de 35% das manifestações em 2015.

¹³⁷ Alguns conflitos apresentaram mais de uma única forma de movimentação. Para melhor análise, decidiu-se contar as menções a essas movimentações, de forma que pode haver dupla ou tripla contagem de um mesmo conflito.

¹³⁸ Em valores absolutos, o ano com mais greves foi o de 2014, registrando 597 casos.

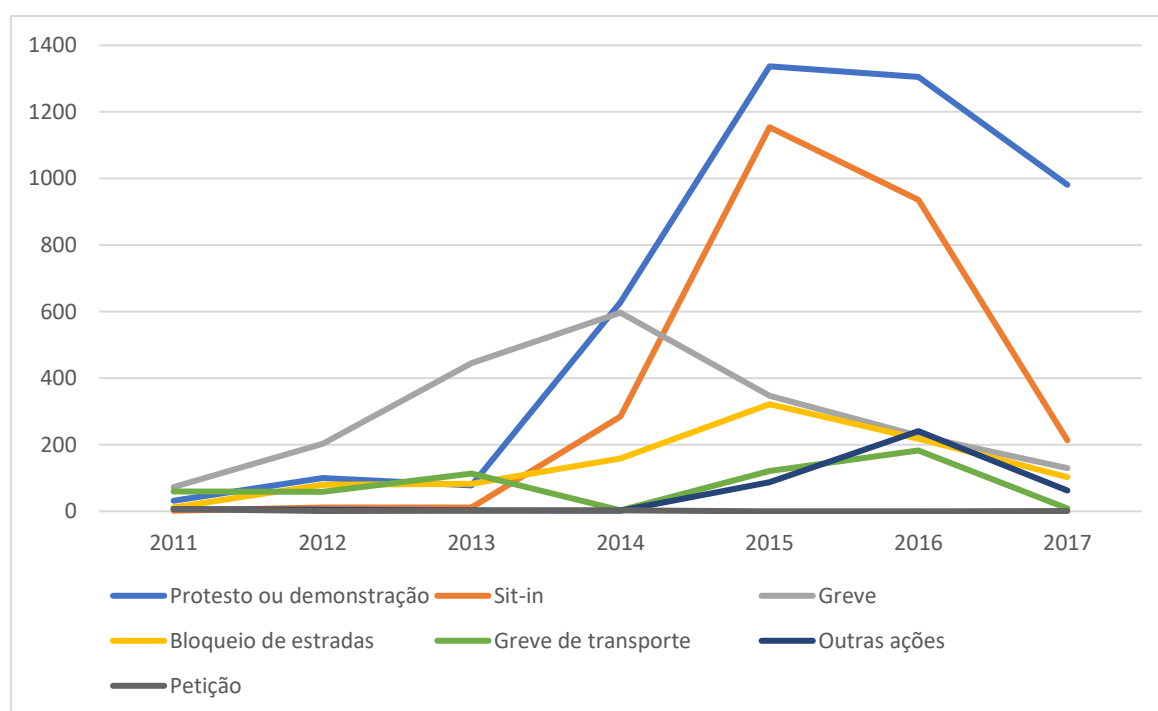
Gráfico 3.5 – Participação do tipo de agitação (%) (2011-2017)



Fonte: CLB. Elaboração própria.

Dessa maneira, a explosão de conflitos mais agressivos do início da década (que vinha ocorrendo desde o final da década passada) começou a minguar e ser substituída por movimentações mais pacíficas, como é visto mais claramente no gráfico 3.6, com picos das linhas que as representam.

Gráfico 3.6 – Evolução das agitações por tipo (2011-2017)



Fonte: CLB. Elaboração própria.

Lembrando do que foi visto no capítulo 2.1, a grande migração para a costa do país – região mais industrializada – de trabalhadores em condição sub-legal¹³⁹, que se submetiam (e continuam a se submeter ainda hoje) à contratação precária e sem benesses sociais, era de se esperar que em algum momento esses indivíduos fossem se rebelar procurando melhores condições. Os dados confirmam isso. O gráfico 3.7¹⁴⁰ mostra uma maior concentração de conflitos exatamente nessa região, notadamente na província de Guangdong. É interessante lembrar da análise desenvolvida tanto no primeiro quanto no segundo capítulo desta monografia, uma vez que ali se trata do que está por trás da explosão de movimentos trabalhistas na costa chinesa, *sunbelt*.

Com o passar dos anos, há uma distribuição maior desses eventos, e se consegue ver a ida deles para o interior chinês. Não se pode, contudo, afirmar que esteja havendo mais manifestações em províncias menos industrializadas, pois pode ser que os dados reflitam apenas o avanço da acuracidade na pesquisa do CLB. Porém, se se tomar essas estatísticas como representativas do todo, é claro que o aumento das agitações nos locais mais remotos são consequência da “volta para dentro” e da “Nova Rota da Seda” (*Belt and Road Initiative*) propostos pelo governo chinês¹⁴¹.

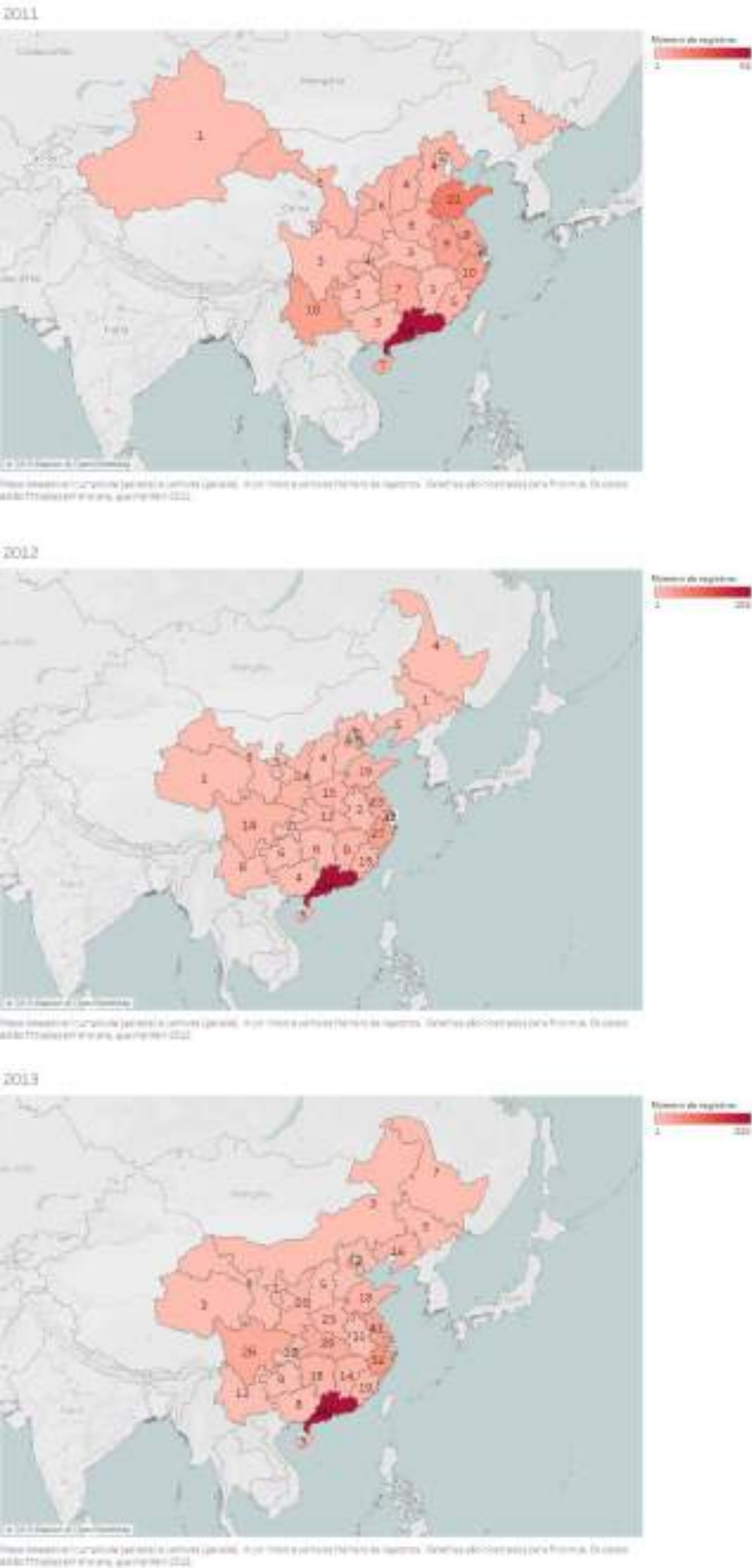
Guangdong, conseqüentemente, vai perdendo participação percentual no registro nacional, dando espaço para aumento nas outras províncias. Em 2011, a participação era de 30%, passando para 40%, 37,5%, 23,4%, 15%, 12,5% e 11,7% nos anos posteriores. Um caso emblemático, no entanto, é o da província de Sichuan, que passa da representação de apenas 1,7% das agitações analisadas em 2011 para valores entre 5% e 6% nos anos posteriores a 2014, e de 3 em 2011 para um pico de 162 em 2016 em números absolutos. Para se ter uma ideia, nesse ano, dos 162 casos registrados na província, 72 foram no setor de construção, enquanto os números de 2017 são 57 e 31, respectivamente, o que indica que o crescimento do investimento imobiliário trouxe consigo o acirramento da luta de classes. A Mongólia Interior, por sua vez, passou de não ter nenhum caso registrado em 2011 para 51 em 2016, sendo 26 somente no setor de construção, similarmente a Xingjian, que contava com apenas 1 caso no primeiro ano e 33 em 2015, também localizados, em sua maioria – 21 –, no mesmo setor.

¹³⁹ Como visto no capítulo II. 1, são trabalhadores migrantes tratados como cidadão de segunda classe.

¹⁴⁰ Conflitos ocorridos em mais de uma província são contados como uma unidade em cada quando há informação de quais são essas localidades.

¹⁴¹ “Atualmente o crescimento urbano se afasta do litoral e se dirige para o oeste da China. Cidades como Wuhan, Chongqing, Shijiazhuang e Kashgar localizadas no extremo oeste do país, se transformam rapidamente em metrópoles, replicando o fenômeno de Shenzhen” GGN, 2012.

Gráfico 3.7 – Distribuição geográfica dos conflitos (2011-2017)





Fonte: CLB, elaboração própria.

Passando para a análise do número de participantes em cada ato, vê-se claramente o predomínio daqueles que estão na faixa entre 1 e 100 trabalhadores. Os motivos para isso podem ser variados, mas vale a pena destacar o aumento da parcela do setor de serviços no volume total, setor esse que é caracterizado principalmente por pequenas empresas ou mesmo trabalhadores sem vínculo empregatício formal e aqueles que trabalham com aplicativos (de transporte ou entrega, por exemplo). No ano de 2017, quase 92% dos atos foram provenientes da faixa supracitada, enquanto em 2013 essa mesma faixa correspondeu somente a 26,5%. As grandes movimentações, ou seja, as que compreendiam mais 1000 participantes, pela análise dos dados, parecem ter ficado restritas ao final da década de 2000 e começo da de 2010.

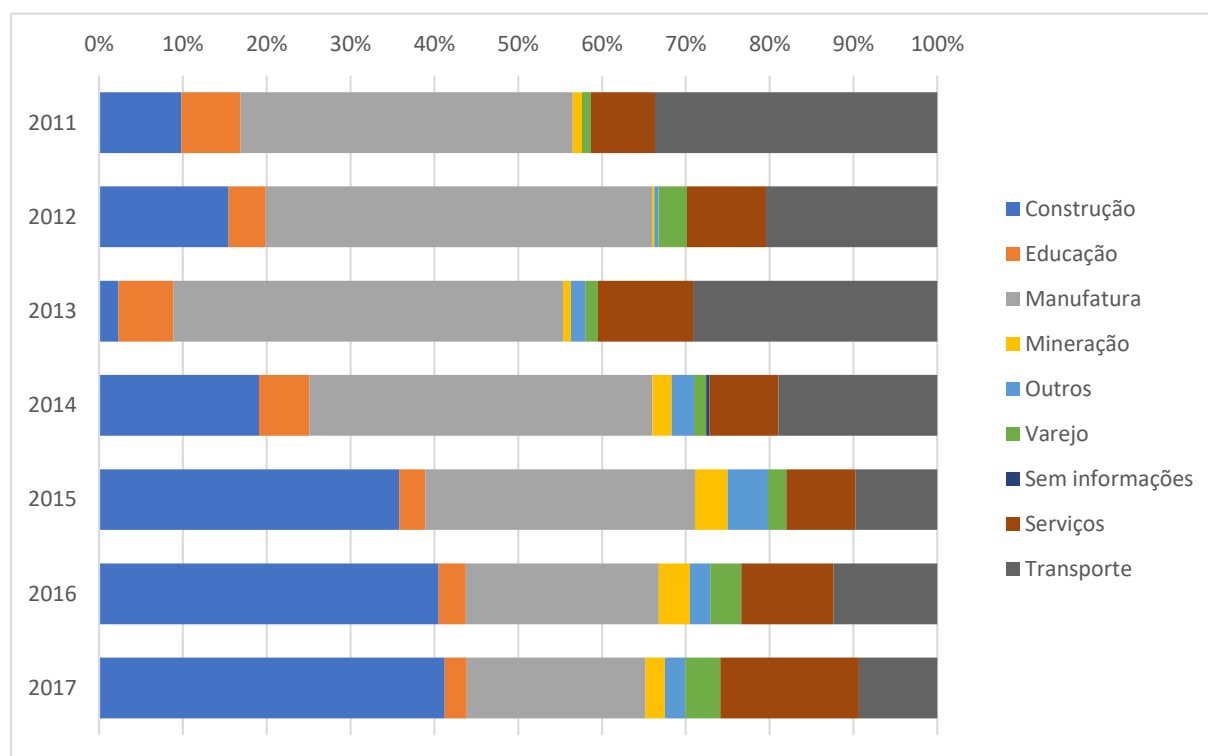
Tabela 3.4 – Quantidade percentual de agitações por faixa de participação (2011-2017)

Participantes	Quantidade (%)						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1-100 Pessoas	44,57%	45,29%	26,51%	52,17%	80,97%	81,87%	91,61%
100-1000 Pessoas	42,93%	41,88%	46,36%	29,11%	15,96%	14,71%	6,39%
1000-10000 pessoas	10,33%	12,57%	9,61%	6,85%	3,00%	1,54%	0,08%
10000+ Pessoas	1,09%	0,26%	0,00%	0,37%	0,00%	0,00%	0,00%
Sem informações	1,09%	0,00%	17,52%	11,50%	0,07%	1,88%	1,92%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: CLB, elaboração própria.

Seguindo adiante, a próxima análise se dá no contexto dos setores. Para isso, há de se categorizá-los em nove: construção, educação, manufatura, mineração, varejo¹⁴², serviços¹⁴³, transporte, outros¹⁴⁴ e sem informações¹⁴⁵. O gráfico 3.8 expõe os percentuais de cada categoria para o respectivo ano, dando clareza à evolução.

Gráfico 3.8 – Agitações por setor (%) (2011-2017)



Fonte: CLB, elaboração própria.

Como citado, há uma escalada da participação das agitações no setor de construção, que passa a suprimir aquele que era anteriormente mais representativo, a manufatura. No início da série, ele representava menos de 10%, e no último analisado já correspondia a mais de 40%. Visto a aceleração dos investimentos chineses no setor imobiliário, esse movimento era mais do que esperado – afinal, desde o começo, assumiu-se como premissa do presente trabalho que “para onde o capital vai, o conflito vai atrás”.

O setor de serviços, essencial numa análise marxista contemporânea, também se destaca. Mesmo os eventos ocorridos no transporte caem, dando vazão para aqueles no setor de

¹⁴² Agrupa setores de venda, desde venda de vestimentas e alimentos até casas e automóveis. Grande parte das agitações nesse setor ocorreram em redes de supermercado e shopping centers.

¹⁴³ Serviços de segurança, sanitários, comunicações, hospedagem e de saúde são exemplos.

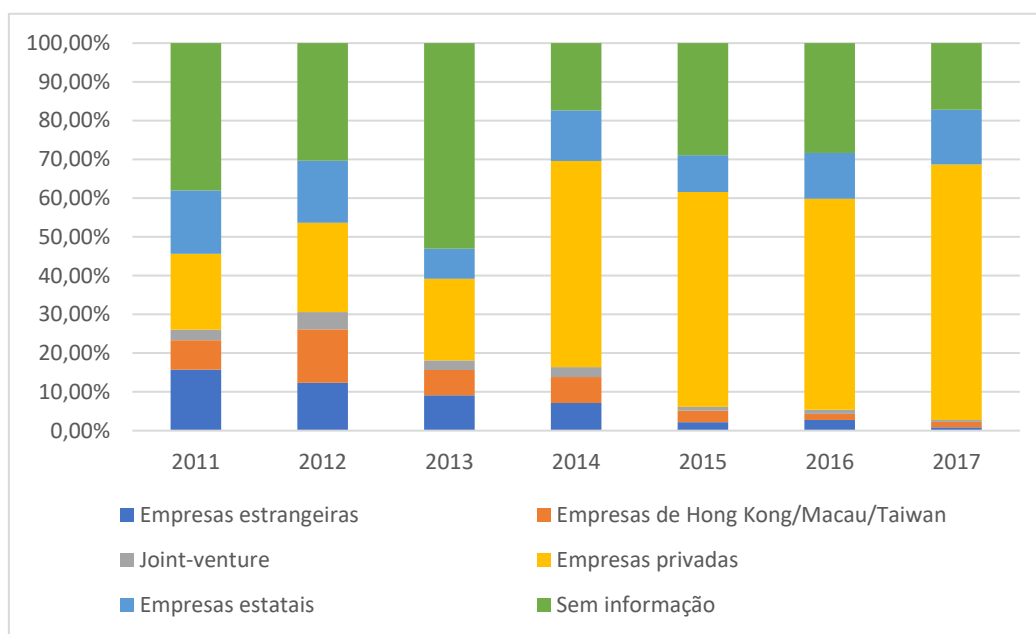
¹⁴⁴ Abastecimento de água, eletricidade, coleta de lixo ou até serviços financeiros.

¹⁴⁵ Essas são as categorias que o CLB usa. A manutenção delas se dá devido à melhor visibilidade do que ocorre dentro do setor mais amplo de serviços (educação, transportes e varejo).

serviços. Na manufatura, os picos de parcela no total se dão nos anos de 2012 e 2013, ficando em torno dos 46%, enquanto no transporte, que passava de 33% em 2011, cai para 9% em 2017.

Por último, há o detalhamento com relação à propriedade das empresas. Entretanto, aqui há ausência de dados para muitas das ocorrências, mas, ainda assim, traz informações relevantes, que apresentam a diferença entre as agitações ocorridas nesta década e as ocorridas nos anos 1990 e 2000. Confirma-se, por exemplo, que o percentual de manifestações em empresas privadas, sejam elas nacionais, estrangeiras ou de Hong Kong, Taiwan e Macau, supera em muito àquelas ocorridas em empresas estatais, fenômeno proveniente da queda do peso do Estado no controle empresarial¹⁴⁶. Nas empresas estatais, as agitações estão circunscritas na faixa de 10% a 20% nessa série, enquanto em 2017 somente as empresas privadas nacionais corresponderam a mais de 65% sozinhas. Esse certamente é um acontecimento derivado da liberalização do mercado de trabalho e da desproteção social.

Gráfico 3.9 – Percentual das agitações por propriedade empresarial (2011-2017)



Fonte: CLB, elaboração própria.

Conclusões parciais

Este capítulo iniciou se debruçando sobre algumas questões jurídicas no contexto da possibilidade de agrupamento dos trabalhadores para demandarem melhorias ou exigir mais direitos. Passou-se, então, para análise de dados encontrados para as décadas de 1990, 2000 e 2010, de forma que pudéssemos conectá-los aos temas discutidos nos capítulos anteriores.

¹⁴⁶ Como visto no cap. II.2

Esse esquema objetivou mostrar ao leitor as importantes transformações ocorridas num espaço relativamente curto de tempo, uma vez que as agitações dos anos 1990 são bastante diferentes das ocorridas hoje. O caráter “defensivo” das manifestações tem dado lugar ao “reativo”, no que, conversando com o primeiro capítulo, seria classificado como uma troca das manifestações de tipo “polanyiano” para as do tipo “marxiano”¹⁴⁷. Essa troca pode ser exemplificada com o aumento de protestos com finalidade de aumentar salários, sobrepujando os que tinham como alvo o recebimento de proventos atrasados.

Os gráficos e tabelas foram inseridos não ao acaso, mas corroborados com explicações que demonstravam como as mudanças políticas, sociais e econômicas afetaram os dados. Assim, costuramos as lições estudadas nos capítulos anteriores aos números que encontramos. Há também de se comentar que existem outros fatores que influenciam a ocorrência de protestos, como, por exemplo, o maior acesso da população à internet e, conseqüentemente, a informações sobre organização de atos, por exemplo.

¹⁴⁷ “(...) scholars have argued that an important shift is underway in worker activism. (...) [they] have all posited that labor protests are increasingly interest based rather than rights or social contract based. These claims echo the prediction of Silver (2003: 106), who wrote in her survey of world labor unrest a decade ago that “the growing labor unrest in China to date has largely taken the form of Polanyi- type movements against the disruption of established ways of life and livelihood” but there is “every reason to expect that Marx- type labor unrest will also emerge, ‘that is, unrest will switch to an increased reliance on shop floor’ bargaining power. (...) we find that Chinese workers are now increasingly acting “offensively,” for example, for progressive improvements in wages and working conditions.” ELFSTROM e KURUVILLA, 2014, p. 457.

CONCLUSÃO

O entendimento dos movimentos trabalhistas no mundo se faz de fundamental importância para a compreensão dos rumos do modo de produção capitalista, uma vez que esse sistema está calcado na necessidade do uso da força de trabalho. Assim, pesquisar sobre o conflito distributivo é útil para que possamos não somente entender o que houve no passado, mas para que possamos também propor políticas para o futuro, tendo em vista os trabalhadores, verdadeiros agentes da produção.

Esse estudo, no entanto, não tem caráter conclusivo, mas é, senão, um pontapé inicial para futuras pesquisas relacionadas aos movimentos trabalhistas na China e no mundo.

A questão inicial que orientou esse trabalho foi de entender se a hipótese de Silver, de que a fluxo do capital num mundo globalizado era sucedido também por uma realocação nas agitações trabalhistas, era correta. Para isso, apropriamo-nos da situação da China para confirmar ou não a veracidade dessa hipótese, uma vez que o país se destacou economicamente nas últimas décadas.

Desse modo, o primeiro capítulo foi feito para verificar as condições globais das agitações trabalhistas, na intenção de se traçar paralelos com o país estudado, e as condições locais chinesas que abrigaram diferentes tipos de movimentações.

Tendo passado por essa etapa, fizemos um segundo capítulo no qual se pretendeu analisar alguns precedentes para o tensionamento do conflito distributivo com objetivo de captar nuances específicas do país asiático. Como se considerava que as três questões postas ali – migração, reestruturação produtiva e terra – eram essenciais, o que se poderia esperar ao se analisar os dados é que elas, de alguma forma, influenciariam os movimentos.

Por último, a coleta, tratamento e análise dos dados foi feita para confrontá-los com as hipóteses e sugestões que havíamos disposto anteriormente. Nessa tarefa, conseguimos mostrar ao leitor aos números e características das agitações trabalhistas chinesas.

Conclui-se, portanto, que a hipótese inicial foi validada e que, assim como aconteceu em diversos outros países, a China enfrentou e enfrenta um constante descontentamento de sua classe trabalhadora quanto às políticas de mercadorização da força de trabalho. Seguindo essa mesma lógica, podemos, então, esperar que o deslocamento interno do capital na China, em direção ao oeste com a *One Road, One Belt Initiative*, também deslocará os conflitos. De modo semelhante, outros países em desenvolvimento que têm atraído capital atualmente, como Bangladesh e Índia, certamente incorrerão em lidar futuramente com as agitações de suas próprias classes operárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELL, D. "China's New Confucianism". Princeton University Press. 2008.
- CAO, L. "Chinese Privatization: Between Plan and Market". Law and Contemporary Problems, Vol. 63, p.13-62, 2000.
- CHAN, K. W. "The household registration system and migrant labor in China: Notes on a debate". Population and development review, v. 36, n. 2, p. 357-364, 2010.
- CHAN, K. W.; BUCKINGHAM, W. "Is China abolishing the hukou system?". The China Quarterly, v. 195, n. 1, p. 582-605, 2008.
- CHAVANCE, B. "Ownership Transformation and System Change in China", Revue de la régulation 21 (Spring). 2017.
- CHEN, F. "Privatization and its discontents in Chinese factories". The China Quarterly, v. 185, p. 42-60, 2006.
- CHINA STRIKES. Disponível em <https://chinastrikes.crowdmap.com>. 2017. Acessado em 01 de Julho de 2019.
- COTTLE, E. "Competing Marxist Theories on the Temporal Aspects of Strike Waves: Silver's Product Cycle Theory and Mandel's Long Wave Theory". Global Labour Journal, p. 37-50. 2019.
- ELFSTROM, M. e KURUVILLA, S. "The Changing Nature of Labor Unrest in China". ILR Review, 67(2), p. 453-480. 2014.
- ELFSTROM, M. e KURUVILLA, S. "The Changing Nature of Labor Unrest in China". Paper Prepared for the International Labor and Employment Relations Conference, 2012.
- FAN, C. "Migration in a Socialist Transitional Economy: Heterogeneity, Socioeconomic and Spatial Characteristics of Migrants in China and Guangdong Province". IMR Volume 33 Number 4, 1999.
- FAN, C. "Migration, hukou, and the city". China urbanizes: Consequences, strategies, and policies, p. 65-89, 2008.
- FU, X. e BALASUBRAMANYAM, V. N. "Township and village enterprises in China". Journal of Development Studies, 39(4), p. 27-46. 2003.

GGN. O processo de urbanização na China - GGN. 2012. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/internacional/o-processo-de-urbanizacao-na-china/>. Acessado em 30 de setembro de 2019.

HO, P. “Who Owns China's Land? Policies, Property Rights and Deliberate Institutional Ambiguity”. The China Quarterly, Vol. 166, p. 387-414. 2001.

HOBBSAWM, E. J. “Da revolução industrial inglesa ao imperialismo”, Cap. 3,4 e 5, Rio de Janeiro, Forense Universitária., 1978.

Land Management Law of the People's Republic of China (English Text) | Congressional-Executive Commission on China. Disponível em: <https://www.cecc.gov/resources/legal-provisions/land-management-law-of-the-peoples-republic-of-china-english-text>. Acessado em 30 de setembro de 2019.

LEE, C. K. “Against the law: labor protests in China’s rustbelt and sunbelt”. London: University of California Press, 2007.

LEE, C. K. “Precarization or Empowerment? Reflections on Recent Labor Unrest in China”. The Journal of Asian Studies, v. 75, n. 2, p. 317-333, 2016.

MARX, K; ENGELS, F. “Manifesto do Partido Comunista”. São Paulo, SP: Boitempo, 1848 [2005].

MEDEIROS, C. A. “A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática”. Revista de Economia Política, vol. 26, n. 3 (103), p. 381-400. 2006.

National Bureau of Statistics of China. China Statistical Yearbook. Beijing. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/AnnualData>. Vários anos.

NAUGHTON, B. “The Chinese economy: Transitions and growth”. MIT press, 2007.

NOGUEIRA, I. “Estado e capital em uma china com classes”. Revista de Economia Contemporânea, 22(1): p. 1-23, 2018.

O Livro Vermelho.

REUTERS, “Q&A: What's behind China's recent labor unrest?” 2010. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-labour/qa-whats-behind-chinas-recent-labor-unrest-idUSTRE65E26820100615>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

RISKIN, C. “Property Rights and the Social Costs of Transition and Development in China”. *Economic and Political Weekly*, v. 43, n. 52, p. 37-42, 2008.

SCHUELLER, M. “Liaoning: struggling with the burdens of the past”. In: Goodman, D. *China’s provinces in reform Class, community and political culture*. London: Routledge, p. 93–126. 1997.

Shenzhen Government Online. Shenzhen Basics-Profile-Shenzhen Government Online. Disponível em: http://english.sz.gov.cn/aboutsz/profile/201907/t20190704_18035388.htm. Acessado em 30 de setembro de 2019.

SILVER, B. e ZHANG, L. “China as emerging epicenter of world labor unrest”. In “China and the transformation of global capitalism” Ho-fung Hung. John Hopkins University Press. 2009.

SILVER, B. J. “Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870”. São Paulo: Boitempo, 2005.

SIQUEIRA, A. C. “Estado e Movimentos Trabalhistas: Sindicalização, Negociações Coletivas e Greves na China Pós-Deng”. Monografia de Bacharelado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

SO, Y. “The Changing Pattern of Classes and Class Conflict in China. *Journal of Contemporary Asia*”, vol. 33, n. 3, p. 363-376, 2003.

STRIKE MAP. China Labour Bulletin. Disponível em <<http://maps.clb.org.hk/strikes/en>>. Acessado em 20 de dezembro de 2018.

STUDWELL, J., “Guangdong slashes growth target for 2019”. *South China Morning Post*. 2019.

TAO, R. et al. “Land leasing and local public finance in China’s regional development: evidence from prefecture-level cities. *Urban Studies*”, v. 47, n. 10, p. 2217-2236, 2009.

TERRA, P. “A Urbanização Chinesa: A Transformação de uma Economia Rural em uma Economia Urbana”. Monografia de Bacharelado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016.

THE NEW YORK TIMES. “Opinion | China’s Communist Party Is Abandoning Workers”. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/02/opinion/china-communist-party-workers-strikes.html>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

VAN DER PIJL, K. "Is the East still red? The contender state and class struggles in China". *Globalizations*, v. 9, n. 4, p. 503-516, 2012.

WONG, E. "As China Aids Labor, Unrest Is Still Rising." *Nytimes.com*. 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/06/21/world/asia/21chinalabor.html>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

WORLD BANK. "World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography". 2009.

ZHANG, L. "Chinese Law on Private Ownership of Real Property" . In *Custodia Legis: Law Librarians of Congress*. Blogs.loc.gov. 2015.

ZHAO, B. "Land expropriation, protest, and impunity in rural China". *Focaal—European Journal of Anthropology* 54, p. 97–105, 2009.

ZHAO, Y. "Labor Migration and Earnings Differences: The Case of Rural China," *Economic Development and Cultural Change* 47, n. 4, p.767-782. 1999.

ZHOU, F. "Land Seizure, Local Government and Farmers". In: DAVIS; WANG (ed). *Creating Wealth and Poverty in Postsocialist China*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

ZHU, K. e PROSTERMAN, R. "Securing Land Rights for Chinese Farmers: A Leap Forward for Stability and Growth". Center for Global Liberty and Prosperity, Development Policy Briefing Paper n. 3, 2007.